

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

MARLENE PREMOLI

DEMANDAS SOCIOEDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

VITÓRIA
2013

MARLENE PREMOLI

DEMANDAS SOCIOEDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Doralice Veiga Alves

VITÓRIA
2013

MARLENE PREMOLI

DEMANDAS SOCIOEDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 04 de dezembro de 2013, por:

Prof^a. Msc. Doralice Veiga Alves, FCSES – Orientadora

Prof^a. Msc. Jaqueline Silva, FCSES

Prof^aMsc. Silvia Moreira Trugilho, FCSES

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem devo a minha vida, que sempre foi a luz dos meus caminhos principalmente quando tudo parecia estar escuro. Sem Ti nada sou e tudo é por Ti Senhor!

À minha querida e amada filha, Gabrielly, que suportou os momentos que me tornei quase insuportável, mas que soube entender essa passagem.

À minha mãezinha querida, Gercemina, que muito me incentivou e me ajudou nos momentos difíceis e pelo amor incondicional.

Ao meu querido pai, Artidoro, que já não está junto a mim, mas acredito que de onde estiver sempre confiou no meu potencial.

A minha família que sempre me apoiou nos estudos e nas escolhas tomadas

As minhas amigas Neilyan, Rafaela e, em especial à Sâmara, que compartilhou sua amizade desde o primeiro dia, seu companheirismo no dia a dia da faculdade e nos trabalhos acadêmicos. Vocês foram muito importantes para mim!

Aos meus amigos de sala de aula, trabalho, estágio, comunidade.

À minha orientadora, professora Doralice, que compartilhou das minhas reflexões e da elaboração deste trabalho.

Aos professores da Graduação, pelo que pude aprender e apreender de cada um.

Aos funcionários desta Instituição, que de alguma forma contribuíram nesta caminhada.

“Ao futuro lego
Apenas meu passado.
Dito assim, como nos
Entrelaços desses
Apontamentos, tudo se
Faz permanentemente
Presente. Porque
As pessoas não são
Feitas apenas de
Corpo e alma. São
Feitas sobretudo de
Histórias.”

(Frei Betto, em Minas do Ouro)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo identificar os problemas socioeducacionais presentes no ambiente escolar, vivenciados pelos docentes, de uma escola pública de ensino fundamental, no município de Vila Velha/ES e verificar quais as demandas apresentadas como problemas configuram-se atribuições para o assistente social. Sabe-se que o campo educacional tem sido alvo de fortes investidas do sistema vigente, e que o debate a respeito da questão precisa ser fomentado. Para tanto foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa e selecionada uma amostra de 10 professores que atuam na instituição. Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário, onde os docentes puderam dissertar sobre o que vivem cotidianamente em seu ambiente de trabalho. Para a análise dos resultados foi realizada a interpretação dos fenômenos, a partir da análise dos conteúdos, identificados como demanda socioeducativa no ambiente escolar, os quais foram identificados como sendo de ordem familiar, governamental, cultural e econômica, confirmando que existe a necessidade da inserção do profissional de Serviço Social nas escolas, pois os resultados obtidos indicam que os conflitos no interior das instituições escolares são atribuições do assistente social e o profissional de Serviço Social poderá articular seus conhecimentos com demais profissionais, no sentido de tentar amenizar os conflitos existentes no local. Baseada na análise e nos resultados é esboçada algumas recomendações e implicações para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Demanda socioeducacional. Serviço Social. Educação. Questão Social.

ABSTRACT

This course conclusion work aimed to identify social and educational problems present in the school environment experienced by teachers at a public elementary school in the municipality of Vila Velha / ES and check which demands presented as problems configure up assignments for the social worker. It is known that the educational field has been subject to fierce attacks of the current system, and that the debate on the issue needs to be fostered. For both a qualitative exploratory research was conducted and selected a sample of 10 teachers working in the institution. Data were collected through a questionnaire where teachers could elaborate on what they live every day in your work environment. To analyze the results the interpretation of phenomena , from the analysis of the contents, identified as socio demand in the school environment , which were identified as family , government , cultural and economic order , confirming that there is a need to insertion was performed of social Service professional schools , since the results obtained indicate that the conflicts within educational institutions are functions of the social worker and social work professional can articulate their knowledge with other professionals in order to try to mitigate the conflicts in place . Based on the analysis and results is outlined some recommendations and implications for future research.

Keywords: social and educational demand. Social Service. Education. Social Issues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 POLÍTICA EDUCACIONAL E QUESTÃO SOCIAL.....	19
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	32
3 METODOLOGIA	53
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA	57
4.1 BREVE CONTEXTO DA UNIDADE DE ENSINO	57
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES.....	77

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como interesse identificar os problemas socioeducacionais presentes no ambiente escolar, vivenciados pelos docentes, de uma escola pública de ensino fundamental, no município de Vila Velha/ES, e como objetivos específicos identificar a visão dos docentes sobre os limites da atuação do professor para a resolução dos problemas socioeducacionais presentes na escola de ensino fundamental, no município de Vila Velha; verificar quais os mecanismos de enfrentamento, dos diferentes aspectos da questão social presentes no cotidiano, utilizados pelos docentes e identificar quais as demandas apresentadas como problemas pelos docentes que podem se configurar enquanto atribuições e competências do assistente social, conforme lei de regulamentação da profissão 8662/93.

A escolha pelo tema “Demandas socioeducacionais no ambiente escolar”, que tem como objeto de estudo a análise dos problemas socioeducacionais apresentados pelos docentes no cotidiano do seu trabalho em uma escola pública do município de Vila Velha/ES, se deu a partir da observação, no meu ambiente de trabalho, das várias configurações da questão social que se apresentam para os docentes daquela instituição e de questionamentos sobre quais as principais demandas apresentadas pelos docentes e quais dessas demandas configuram-se enquanto atribuições do assistente social. Essas observações e questionamentos foram sendo construídos de forma madura a partir dos anos de estudos do curso de Serviço Social, que nos capacita a ter um olhar mais crítico da realidade, ir além da aparência apresentada no cotidiano escolar. Outro motivo que me despertou o interesse pelo tema é porque o espaço escolar se configura como importante campo de trabalho para os profissionais de Serviço Social.

A relevância deste estudo está em conhecer quais demandas apresentadas nas escolas públicas são atribuições do assistente social. É válido destacar que o assistente social não faz parte do quadro de funcionários da área educacional no Estado do Espírito Santo na maior parte das escolas, fato que já é realidade em outros municípios brasileiros (Santos, [2008?]), tais como: Rio de Janeiro, São Paulo e outros. lamamoto (2011, p.140) diz sobre a necessidade de “investir esforços

coletivos” no sentido de identificar perspectivas e possibilidades “da ampliação de postos de trabalho e do espaço ocupacional dos assistentes sociais”.

Considera-se que este trabalho seja de grande importância, pois, já existem debates acerca da viabilidade da implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

Assim esta luta representa a confirmação do Projeto Ético-Político, assumido pela categoria que busca a afirmação dos interesses coletivos.

A presente pesquisa terá grande relevância para a categoria do Serviço Social, pois foi feita uma análise dos aspectos da questão social presentes no ambiente escolar, a partir da visão dos docentes, que se apresentam como demandas de intervenção do assistente social, em escola pública de ensino fundamental, no município de Vila Velha/ES. Entende-se que os docentes são os profissionais mais indicados para apontar questões que são pertinentes no ambiente escolar, pois são eles que estão cotidianamente e diretamente ligados aos seus alunos e possuem uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado. Alguns problemas ultrapassam os muros da escola e acabam também por se tornar como assuntos escolares, pois, os alunos trazem para dentro da escola estas implicações e os professores terminam por se envolver nessas situações.

Neste sentido, a pesquisa que ora se apresenta procura trazer um panorama fidedigno de quais as demandas socioeducacionais identificadas na área educacional poderão se apresentar como atribuições do assistente social e como os resultados dessa pesquisa poderá contribuir na solução dos problemas apresentados, bem como na ajuda de futuras pesquisas que poderá nortear a luta pela efetivação de novos espaços admissionais. O estudo acerca deste tema é refletido sobre a compreensão de novas perspectivas de espaços socioocupacionais para os assistentes sociais na área educacional.

Contudo, para que a pesquisa seja legitimada deverá estar embasada em estudos de teóricos que dão suporte ao tema proposto. O primeiro capítulo traz textos cujo conjunto de argumentos teóricos, abordam política educacional e questão social, ou seja, tenta realizar um resgate histórico sobre as políticas educacionais no Brasil, e como a questão social permeia a educação, rebatendo sempre para as classes mais empobrecidas, desde a sua concepção.

O segundo capítulo traz estudos de textos referentes ao Serviço Social na Educação. Alguns teóricos têm debatido sobre o assunto e apontam saídas de como pode se dar a atuação do assistente social nesta área, ressaltam que a atualidade requer novas formas de pensar a sociedade e a educação inserida nesta nova sociedade que se apresenta.

A metodologia aplicada buscou mostrar os caminhos percorridos na realização da pesquisa, e para isso foi elaborado um questionário em que foi respondido por 10 docentes de uma instituição pública de ensino fundamental do município de Vila Velha.

Para os resultados e a discussão da pesquisa foi contado um pouco do histórico da instituição onde foi feita a pesquisa, depois os dados foram sistematizados e analisados individualmente conforme as categorias identificadas, através de textos que conferem fundamentação teórica ao assunto debatido. O objetivo do trabalho foi alcançado.

Finalmente nas considerações finais foi feito um breve levantamento do que foi discutido nos capítulos anteriores, refletindo sobre a atuação do assistente social no âmbito escolar e a contribuição deste trabalho ao acervo para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICA EDUCACIONAL E QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo me proponho a discorrer, sobre o que se tem de conhecimento acerca de debates envolvendo a política educacional enquanto uma política social e qual a relação que esta política tem com a questão social. Para tal, faz-se necessário, mesmo que pinceladamente, o conhecimento da história da educação no Brasil e das expressões da questão social, pós-industrialização.

A política educacional como política pública social foi determinada pela Constituição Federal de 1988 como um “direito de todos e dever do Estado e da família”, e objetivando o “preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação” (BRASIL, 2009, p.132).

Lopes (2005) apresentou alguns aspectos históricos na área educacional nas décadas de 1980 e 1990, época em que a população se mobilizou para reivindicar direitos e exigir eleições diretas para presidente. Este período marca o início do processo de concretização dos direitos sociais garantidos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, que diz:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2009, p. 20).

Devido às profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira naquelas décadas, com o início da redemocratização do país e as exigências dos movimentos sociais por melhorias nas políticas públicas, foi promulgada a Constituição Federal em 1988 e este fato desencadeou o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para regulamentar a escola pública, além de reafirmar o direito à educação, sendo caracterizada com inovações importantes para a educação nacional como uma maior abertura e a flexibilidade. Esta lei trouxe alterações importantes para o ensino no Brasil, porque ampliou a educação, ajustando-a as necessidades sociais, trazendo avanços na área de desenvolvimento das habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho e promovendo a inclusão de crianças e adolescentes que não tinham acesso ao ensino público (LOPES, 2005).

Segundo Frigoto (2006, p.18), “tanto a educação quanto o profissional de Serviço Social e o objeto de sua prática são práticas sociais”. E as práticas sociais acontecem nas relações sociais, em certos contextos históricos, em certos tipos de sociedade. Em se tratando da sociedade capitalista brasileira, as determinações desta sociedade são únicas e se observa que a relação entre educação e questão social é norteadas por uma visão de adaptação, reforma ou assistência. O debate e a análise teórica, que o Serviço Social e a educação, realizam sobre questão social não tem significado forte. Para a classe dominante que dirige a nossa sociedade, a sociedade é organizada economicamente, socialmente e pela pobreza de fato. Daí os programas sociais voltados para a pobreza e esta concepção vê a Educação e o Serviço Social como espaços de minimizar o que o econômico danifica, ao invés de serem vistos como práticas sociais na constituição de uma sociedade cidadã e democrática (FRIGOTO, 2006).

Ainda, segundo Frigoto (2006), na década de 1980, o debate era de colocar a educação como um direito social, direito de cidadania, uma educação básica, laica, gratuita, universal. Na década de 1990, a burguesia tinha um projeto hegemônico de longo prazo, o projeto ultraliberal de modernizar o país, flexibilizar o Brasil, era o projeto que conhecemos como neoliberal, ultraconservador, ou seja, um ideário de que vivemos em uma sociedade sem direitos, mas voltado para uma sociedade de mercado.

Frigoto (2006) enfatiza que esta perspectiva ultraliberal vai desmantelando todas as formas de organização, desde os sindicatos até associações, e assim desmantelando aquilo que foi conquista dos trabalhadores em todo o Século XX. “E a isso se chamou “flexibilizar” ou “desregulamentar” e “ajustar””. O ciclo se completa com “privatizar” (FRIGOTO, 2006, p. 22-23).

Na esfera privada não há possibilidades de política de direitos. Fazer parceria com a esfera privada é perder negócio, pois o setor privado não negocia parceria para perder. Então essa ideologia se concretiza na educação por um desarranjo do próprio espaço profissional da educação e do ponto de vista o ideário pedagógico. As políticas públicas são extremamente fragmentárias. A escola é vista como um lugar de padrinhos, amigos, voluntário e adoção. “O trabalho voluntário é pontual”. Mas acham normal que a escola tenha voluntários, diferentemente no caso, por exemplo, de buscar um cirurgião voluntário para fazer cirurgia. O ideário teórico-

pedagógico é de que a pedagogia do mercado tornou-se a política oficial do Estado, afirmando a ideia que não existe sociedade, mas indivíduos, que é o ideário da reforma educacional. Para Frigoto (2006, p. 23-24) [...] A pedagogia deixou de ter uma perspectiva social, política, de direito, para uma questão de “você se vire”[...]. Há uma culpabilização do indivíduo que não consegue essa inserção. Por isso, hoje se pode ter um pedagogo e um assistente social na fábrica, mas o pedido da fábrica a estes profissionais é de silenciar a consciência do trabalhador, para que ele pense o mínimo e faça o máximo o que se cobra dele. Porém cabe a esses profissionais enfrentar essa situação de contradição, que façam uma leitura de cidadania e de direito junto aos trabalhadores das empresas (FRIGOTO, 2006).

A partir dos anos de 1980 o nosso país, em seu aspecto socioeconômico, inclinava para o neoconservadorismo, no sentido de sinalizar para a “minimização do Estado”, o qual se retraía de seu dever de assegurar os serviços públicos, como saúde e educação. Hoje, com este modelo estabelecido, houve modificações na organização do trabalho, e, deve-se a isto, o avanço tecnológico. Estas modificações requerem da escola um trabalhador mais preparado para as novas atribuições no sistema de produção e serviços (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Estes autores questionaram se o Estado ausenta-se de suas funções, e neste caso a função educacional, então onde e como o trabalhador irá ter sua formação? A resposta a esta questão está relacionada às muitas críticas ao não cumprimento das funções do setor público que apontam para o setor privado como o mais capacitado para esta tarefa. Outra questão foi entender se a função da escola é “formar para o trabalho, ou ela constitui espaço de formação do cidadão partícipe da vida social?” Para este entendimento, disseram que “não é possível discutir educação e ensino sem fazer referência a questões econômicas, políticas e sociais” (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p. 131-132)

Segundo os autores, a questão para entender a função da escola está relacionada à qualidade da educação e do ensino, e dizem:

Na reflexão e no debate sobre a qualidade da educação e do ensino, os educadores têm caracterizado o termo qualidade com os adjetivos social e cidadã – isto é, qualidade social, qualidade cidadã -, para diferenciar o sentido que as políticas dão ao termo. Qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. Ser cidadão significa ser partícipe da vida social e política do País, e a escola constitui espaço privilegiado para esse

aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, escrever e a contar, habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p. 145).

Leal (2006) ao relacionar questão social com as políticas de educação, tenta resgatar um pouco das origens da questão social e sua relação com a educação e com o trabalho. De acordo com Leal o campo educacional tem a necessidade de estar mais aberto para a entrada de outros profissionais que possam ajudar na luta pela construção de uma escola que seja pública e que respeite o direito de todos à educação.

A autora citada acima faz um apanhado histórico ao situar a questão social no século XIX, a partir de 1830. Neste período, segundo Leal, a população começava expressar a tomada de consciência, através de ações, de que foram agentes e vítimas da revolução industrial. Foi um momento de rompimento entre a ordem jurídico-política criada no reconhecimento de direitos de cidadania e uma ordem econômica que provocou a miséria e a desmoralização da classe trabalhadora. O pensamento de trabalho livre, na verdade, referia-se a de exploração da classe trabalhadora, na Inglaterra daquela época. Foi um momento que o trabalho foi submetido às leis de mercado, surgindo o desemprego, a separação do trabalho das demais atividades humanas, criando então, as condições necessárias para o surgimento de uma organização ativista e individualista. O individualismo, próprio da sociedade liberal, vai se fortificando, em função do desenvolvimento da sociedade capitalista, chegando a extremos nesta sociedade (LEAL, 2006).

De acordo com lamamoto (2011, p. 62), o Serviço Social é uma profissão que tem como “matéria prima” as expressões da questão social. Para compreender melhor que demandas podem se configurar como atribuições do assistente social no cotidiano escolar e como pode ser seu enfrentamento, seja numa perspectiva de ajuda, participação ou emancipatória, considera-se importante problematizar a própria questão social inserida no ambiente escolar.

Para conceituar a questão social lamamoto (2001, p. 16), diz que a questão social: “tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”, sendo assim:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do

empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outro tipo de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 84).

Leal (2006) se refere a Robert Castel ao analisar sobre o lugar do social, que ele descreve e chama de social-assistencial, que é uma necessidade do capitalismo de trazer o Estado social para regular e tentar atenuar os efeitos mais destrutivos da ordem capitalista, as mazelas da economia de uma sociedade que promete o tempo todo direitos para todos. Segundo Leal (2006), as características apontadas por Castel para este Estado social é a realização de práticas capazes de proteger e integrar requer profissionalização, intervenção com um mínimo de saberes, a exigência de instituições especiais e critérios para selecionar os segmentos populacionais que tem direito a assistência.

Segundo Leal (2006) a política de educação se torna importante neste aspecto como uma política social capaz de diminuir a situação de exploração dos trabalhadores. Ainda no ano de 1830, já existia escritos sobre a relação entre educação e trabalho, em que dizia que a educação mais adequada é aquela que fosse aberta a todos, pois a que existia somente para alguns, é antidemocrática. Que a responsabilidade pela educação deveria vir por parte do governo, pois a educação é entendida como um atendimento às necessidades, fazendo diminuir gastos com leis criminais, cadeias, etc. Que a educação fosse boa o suficiente para o ser humano, realçando a prática que existia na época. A esta educação para o preparo para o trabalho deveria vir em conjunto com outras reformas sociais, tais como:

Livre acesso a terras públicas, abolição da prisão por dívida, remoção da qualificação de ser proprietário para poder votar, diminuição da jornada de trabalho, direitos iguais para mulheres e homens, casas para crianças com fins educacionais, etc. Essa referência é muito interessante para vermos como até em 1830 já se pensava que sem políticas sociais integradas não é possível avançar no sentido de se contrapor à grande exploração que o capital fazia ao trabalho (LEAL, 2006, p. 29-30).

Leal (2006) relata sobre a visão marxista de educação que diz que a idéia do público ser algo do Estado, mas que na sociedade capitalista o Estado atende o interesse do capital, então não poderia ser entendido como este público. Havia uma discussão sobre isto, de uma educação pública, no sentido de ser para todos, e com a participação de todos: gratuita, compulsória e uniforme para crianças, visando abolir o monopólio da cultura e do conhecimento, diminuir o papel da família na reprodução social, criar crianças em condições menos desiguais e fortalecer o papel

da comunidade. Uma junção entre educação e produção material. Segundo Leal, Marx, apesar de não estar voltado à discussão da Educação, tinha a inquietação de debater a formação, a instrução, a saúde, e o trabalho produtivo, para acabar com a diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual, compreendendo todo o processo produtivo. Entendia que era necessário estudar e considerar os progressos da ciência, daí também a preocupação em ter uma educação científica para os trabalhadores. Seguindo essas ideias, para Marx era essencial caminharem juntas a educação tecnológica e a instrução geral.

Leal (2006) se reporta a Maria Vitória Benevides para fazer a relação entre questão social do século XIX e a questão social hoje. Revela que a questão social se insere no campo do empobrecimento da classe trabalhadora, com a solidificação e o desenvolvimento do capitalismo, assim como o quadro de luta e de reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas, além de espaços de organização e movimento por cidadania social.

Segundo Wanderley (2011) para entender a questão social, tem-se que realizar um olhar crítico da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais estabelecidos nas sociedades. A questão social ainda que ocorrida todas as mudanças, guarda traços do passado da história, como: “colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, políticas sociais, etc” (WANDERLEY, 2011, p. 55).

Wanderley (2011) salienta que a concentração da riqueza e poder para uma minoria rica e o aumento dos pobres, mostram que a questão social é contínua e calcada na desigualdade e injustiça estruturais, que com o processo de emancipação do século XIX e modernização do século XX não foram vencidas.

De acordo com Wanderley (2011, p. 133):

No passado, o extermínio dos índios foi a tragédia em diversos países. Naqueles países em que gerações puderam sobreviver, vimos as dificuldades para a sua inserção cidadã. Os negros, ao longo de séculos, eram tidos como “mercadoria”, logo não-pessoas. Os trabalhadores rurais e boa parte dos trabalhadores urbanos, além de não poderem se apropriar dos bens por eles produzidos, não tinham participação na vida pública (proibição do voto dos analfabetos, etc.) e, portanto, eram não-cidadãos. Mas todos eram considerados úteis ao sistema vigente, que necessitava de seu trabalho. Um fenômeno de outra natureza que sobressai – com dimensões mundiais porque atinge tanto países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos – é o da flexibilização e precarização do trabalho, pelo qual os indivíduos são considerados como não-úteis ao processo de produção, não-necessários. Fenômeno que vem sendo conceituado por

alguns como de exclusão social. E a partir dessa exclusão vem se fortalecendo o fenômeno do *apartheid social* entre países e dentro de cada país.

Segundo Leal (2006) até o século XIX, os trabalhadores tinham um mínimo de proteção e o capitalismo destruiu essa proteção social e deixou uma multidão de excluídos de toda sorte. O Estado de Bem Estar Social, conseguiu uma certa estabilidade social com reconhecimento dos direitos econômicos e sociais, e isto graças à luta de trabalhadores e às ideias socialistas, porém o neoliberalismo provoca novas perdas dos trabalhadores e são privados dos direitos econômicos e sociais, transformando-os nos novos proletariados do final do século XX.

A partir de 1930, um novo perfil se formou na sociedade brasileira, como resultado dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais da época. O país passou de um modelo econômico agrário para o industrial. Esse fato se deu após a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, fazendo com que o Brasil afundasse na crise do café, mas, que em compensação, deu-se o início da industrialização no país. Naquela década, ficou consolidado o capitalismo industrial no país e conseqüentemente a educação passou a ter maior importância, com propostas de ações para sua organização. (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Segundo os autores Libáneo, Oliveira e Toschi (apud ARANHA, 2011, p. 134) o país, naquela época, jamais registrou um avanço significativo do ensino. Disseram que “em 20 anos, as escolas primárias dobraram” e as “secundárias quase quadruplicaram” em números. “As escolas técnicas [...] passaram de 133 para 1.368 e o número de matrículas, de 15 mil para 65 mil”.

O Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), criado em 1930, teve como ministro o Sr. Francisco Campos que organizou a reforma da educação com ações objetivas dando uma estrutura mais orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

A política educacional brasileira, ao longo de sua organização sempre foi permeada pelo processo da centralização ou descentralização. O chileno Juan Casassus, citado por Libáneo, Oliveira e Toschi (2011), ao redigir sobre centralização/descentralização diz que esta encontra sustentação na questão de poder na sociedade. Diz Casassus:

A centralização ou descentralização tratam da forma pela qual se encontra organizada a sociedade, como se assegura a coesão social e como se dá o

fluxo de poder na sociedade civil, na sociedade militar e no Estado, explorando aspectos como os partidos políticos e a administração (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, apud CASASSUS, 2011, p, 134).

Nos anos de 1930 a 1945 foi caracterizado como um período centralizador da organização da educação, pois a partir de 1937 foi consolidada a ditadura de Getúlio Vargas, onde o debate sobre política educacional e pedagogia passou a ser exclusividade da sociedade política, demonstrando claramente que o processo de centralização/descentralização estava ligado a questão do poder. Havia uma pressão por parte da sociedade, de um lado os liberais clamavam por mudanças qualitativas modernizantes e democráticas para a escola pública, enquanto católicos e integralistas não aprovavam este modelo escolar. Como o ensino estava sob o controle das elites no poder, o resultado foi de um sistema de ensino que crescia, mas que era controlada pela elite, na manutenção de seu formato elitista e conservador (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

A edição das leis orgânicas de 1942 e 1946 confirmava a desobrigação do Estado com o ensino público, porém criou decreto de reforma do ensino industrial, comercial e secundarista e em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1946 foi publicada a lei orgânica do ensino primário, do ensino normal e agrícola, e criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

A partir de 1946 foram realizados debates para democratizar e melhorar o ensino e em 1961, foi instituída a lei número 4024 de 20 de dezembro de 1961, que determinava que cada estado fosse responsável pela organização de seu sistema de ensino. Porém foi um período que durou pouco, logo aconteceu o golpe militar de 1964 e novamente o executivo se fortaleceu e as decisões das políticas educacionais voltaram a serem centralizadas (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Segundo Frigoto (2010) no período de 1950 e início de 1960, a sociedade brasileira apresentava um movimento que se direcionava para as reformas de base, para a implantação de uma sociedade mais democrática. Os grupos que formavam esse movimento eram:

Movimentos de cultura popular, de erradicação do analfabetismo, de educação popular, cinema novo, teatro popular, movimento estudantil e no plano político-econômico, um projeto que procurava romper com a relação de submissão unilateral ao capital transnacional. Esse processo foi

abruptamente interrompido pelo golpe civil-militar de 1964 (FRIGOTO, 2010, p. 41).

No período, entre 1950 e 1960, havia um conflito entre os que defendiam a escola pública e os que defendiam a escola privada. Os que defendiam a escola pública se pautavam na questão que somente a escola pública poderia garantir condições igualitárias a todos os cidadãos brasileiros, enquanto que os que defendiam a escola particular, formados pelos que estavam organizados em torno da igreja católica, imaginavam uma ideia religiosa e humanista de ensino, reivindicando, inclusive, um financiamento público para o ensino particular, o que segundo eles, iria garantir a livre escolha pelos pais (AKKARI, 2001).

Todo o período entre 1930 – 1962 foram à:

Introdução do pensamento pedagógico liberal no Brasil, principalmente por meio do engajamento dos pedagogos liberais em favor de uma melhor resposta à demanda social crescente por educação. Esse movimento culminou com o lançamento, em 1932, do manifesto dos pioneiros da escola nova, o qual preconizava uma universalização do ensino pelo desenvolvimento de um sistema de educação público (AKKARI, 2001, p.164-165).

Cabe ressaltar o período entre 1962 e 1964, em que surgiu o:

Movimento de educação popular [...] graças, em particular, ao trabalho pioneiro do movimento de educação básica (MEB) e à atuação do pedagogo Paulo Freire. O debate deslocou-se, na época, do campo escolar para o da alfabetização de adultos e da educação popular num contexto político marcado por múltiplas lutas sociais (AKKARI, 2001, p. 165).

De acordo com Fávero (2006) o movimento de educação de base (MEB) foi um movimento educativo-crítico que se propôs a organizar e difundir junto às populações rurais uma nova forma de ver o mundo a partir de uma releitura de sua própria realidade. Para o MEB, a cultura popular deveria ser valorizada e desenvolvida, e não ser trocada pela cultura da elite. Foi um trabalho com propósito de ajudar o povo a formar pensamento próprio, por meio do conhecimento da realidade local, regional, nacional e internacional nos diversos setores de interesse: familiar, político, social, econômico, religioso, e cultural com vistas à efetivação de uma consciência crítica do povo diante dos fatos e notícias que chegavam ao meio rural. A prática do MEB era direcionada às camadas populares com vistas à conscientização e a politização que se converteu na chamada pedagogia da participação popular.

A Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, indicava a passagem gradual do ensino fundamental para os municípios, porém os recursos eram centralizados em âmbito

federal, continuando assim dependentes das decisões da União. Esta Lei ampliou a escolaridade mínima, para oito anos e o 2º grau se tornou obrigatório o ensino profissionalizante. Neste período a qualidade do ensino ficou comprometida, em função das precárias condições para o exercício do magistério e da desvalorização do professor, com a ampliação das vagas escolares houve redução da jornada escolar, aumento do número de turmas multisseriadas com um professor para lecionar, tudo isso ligada à necessidade do trabalho precoce, a população empobrecida, caminham para uma má qualidade no ensino, e índices de reprovação elevados (LIBÁNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Sobre o período da ditadura militar, Azevedo (1994) afirmou que “a expansão das oportunidades, nos vinte anos de ditadura militar, foi feita através de um padrão perverso” (AZEVEDO, 1994, p. 461).

No fim dos anos de 1970 e o início da década de 1980, chega ao fim a ditadura militar e começa um período da redemocratização do país, conforme já foi dito anteriormente neste trabalho. Iniciou um período de debates acerca da qualidade do ensino no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade do ensino de base, ou seja, fundamental, passou para a municipalidade. Ao final do século XX a descentralização da educação vem unida aos interesses neoliberais de minimizar os gastos do Estado. Ficou claro após a promulgação da Lei 9.394/96, LDB, a centralização sobre as decisões da organização curricular e sobre avaliação, repassando para a sociedade que deveriam ser do Estado, como o trabalho voluntário na escola. É uma política que centraliza o poder e descentraliza as responsabilidades (LIBÁNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2011).

A questão social, hoje, é considerada mais dramática do que os séculos passados, pois a classe dos trabalhadores vive um momento de regressão de várias conquistas que conseguiu na sua luta dentro do sistema capitalista (LEAL, 2006).

As respostas para tal situação se tornam complicadas e complexas, pois o neoliberalismo impõe ao Estado e às políticas sociais que suas atribuições sejam outras, e, em grande parte são executadas por meio de trabalho voluntário (LEAL, 2005).

Atualmente as políticas sociais são modeladas por tomadas de decisões em âmbito local, para se adequar as peculiaridades regionais, incentivo à participação dos cidadãos na gestão e fiscalização das políticas por meio da formação de conselhos, afirmação de princípio de equidade e de políticas compensatórias, focalização das políticas para os mais necessitados, com programas de renda, tipo Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros (LEAL, 2006).

As políticas sociais, atualmente, são formadas por três eixos: privatização dos serviços, descentralização e focalização. E para ser beneficiado pelos programas, o usuário deve ser aquele que se encontra abaixo da linha da pobreza, ou seja, é o miserável do miserável. E mesmo assim os recursos são escassos para seleção desses miseráveis (LEAL, 2006).

A situação do desemprego, no Brasil, se agravou, a partir dos anos de 1990, ainda no Governo Collor, aumentando no Governo de Fernando Henrique, porém começa a abertura dos portos brasileiros e das portas brasileiras à economia de exportação dentro da lógica neoliberalista. Essa herança é o que trouxe o maior agravamento da situação aos trabalhadores, que é o desemprego estrutural (LEAL, 2006).

Leal (2006), diz que novamente a educação tem o papel da necessidade de requalificar, preparar e adequar essa mão-de-obra as necessidades do mercado. Do ponto de vista do capital, e o Estado veicula esse discurso, é a lógica de que, em situação de recessão, a tensão do mercado é aliviada ao jogar as pessoas no sistema educacional. É claro que no projeto neoliberal as reformas educacionais feitas são para adequar esta política.

Leal (2006) se reporta ao que disse Frigoto (2006), sobre o ideário neoliberal de culpabilização do sujeito em que afirma: “você é responsável pela sua formação, pela sua educação permanente, pela sua atualização, você é responsável por tudo isso, ou seja, a culpa cai sobre o indivíduo” (LEAL, 2006, p. 33).

O campo educacional, afirma Leal (2006), é um campo extremamente frágil para encaminhar algum tipo de solução para a questão social. A política educacional não tem apresentado avanços em termos de que a educação possa fazer para o enfrentamento a dramática crise que estamos vivendo.

A autora faz uma avaliação dos trabalhadores da educação: “a situação do magistério é precária, o salário dos professores (que até cento e vinte anos atrás eram considerados mendigos do funcionalismo) continua assim” (LEAL, 2006, p. 33).

Segundo Frigoto (2010) a educação, na perspectiva das classes dominantes, para os diversos grupos de trabalhadores tem como objetivo a preparação para o trabalho, a habilidade técnica, social e ideológica. É a educação realizada controladamente para o atendimento às demandas do capital. Já na perspectiva das classes sociais pobre, em especial a classe trabalhadora:

A educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (FRIGOTO apud GRZYBOWSKI, 2010, p. 28-29).

Leal (2006) relata que é imprescindível lutar em defesa da escola pública e gratuita e articular a política educacional ao programa da Economia Solidária, o que seria a grande novidade, mas que ainda não tem uma proposta educacional junto à idéia de economia solidária. A autora esclarece que a economia solidária exige a obrigação dos estados com a defesa dos direitos universais dos trabalhadores, o que as políticas neoliberais pretendem excluir. Aliás, prega um Estado democraticamente forte, colocado a serviço da sociedade, transparente e fidedigno, com capacidade de absorver as diversidades que a compõe, zelando pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos. “Tem como valor central a soberania nacional. Um Estado democraticamente forte é capaz de desenvolver políticas públicas que fortaleçam a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios para o desenvolvimento” (LEAL, 2006 p. 34).

Outro debate atual e importante é a articulação entre a política educacional e os projetos de sustentabilidade, e o autor Boff (2012) relata que atualmente existem cada vez menos países ricos e que em seu lugar ingressaram os grupos que enriqueceram roubando os cofres públicos, os direitos trabalhistas e destruindo toda a natureza. Continua dizendo que o que é extremamente “perverso, como a realidade ferida, não pode possuir em si mesmo nenhuma sustentabilidade”. E exemplo foi a crise econômica ocorrida em 2008 nos países centrais (Estados

Unidos, Europa e Japão) que repercutiu mundialmente. O intuito dos empresários é salvar o sistema financeiro sem pensar na humanidade ou mesmo em garantir a vida na terra (BOFF, 2012, p. 19).

Boff (2012) menciona que o sistema capitalista tem como característica a capacidade de solucionar seus problemas ou crises, normalmente realizando a destruição da criação. Daí, segundo o autor, a necessidade de se pensar outra forma de garantir a vida humana e ecológica, senão poderemos sofrer uma catástrofe social e ambiental.

Segundo Boff (2012), ao se falar em desenvolvimento sustentável, não se está falando apenas de superação da miséria e a pobreza, atendimento a nutrição e a saúde, pois são condições centrais e necessárias para qualquer desenvolvimento, o que se quer dizer é que se tem que transformar o ser humano.

Neste sentido, para Arruda (2009), citado por Boff (2012), “é fundamental a educação e a democracia”. Uma educação transformadora a partir da práxis e como exercício democrático de todas as liberdades. A educação não pode ser colocada como mercadoria, mas para que o ser humano se descubra e desenvolva suas habilidades, cuja “vocação ontológica e histórica é ser mais [...] o que implica um superar-se a si mesmo, um ativar os potenciais latentes em seu ser” (BOFF apud ARRUDA, 2012, p. 136).

Segundo Boff (2012) um comportamento ético e consciente frente aos bens e serviços limitados da terra tem como efeito o desenvolvimento sustentável. Determina de início um pensamento de justa medida e autocontrole em desfavor aos impulsos consumistas e produtivistas, que a nossa cultura nos impõe e se está acostumado.

Boff (2012) menciona que para a satisfação de necessidades fundamentais pouco importa o modo de produção existente na sociedade e que as satisfações de algumas necessidades pertencem à condição humana e devem ser satisfeitas. No princípio de inclusão, quando todas as pessoas têm suas necessidades atendidas, exige que se tenha equidade e sensibilidade humanitária para com as pessoas que procuram atendimento e, isso é o desenvolvimento se mostrando sustentável. São carências atendidas que não implicam apenas bens materiais, mas por valores e

práticas sociais que se inserem “no campo do capital humano, social e ético” (BOFF, 2012, p, 139).

Para Boff (2012) o desenvolvimento sustentável tem como destino:

Criar as condições para que o ser humano possa se humanizar plenamente. E se humaniza tanto mais quanto tira de seu interior as riquezas lá escondidas: de criatividade, de inteligência, de solidariedade, de compaixão, de estética, de biofilia e de amor incondicional (BOFF, 2012, p. 144-145).

Boff (2012) menciona que a sustentabilidade é resultado do processo de educação do ser humano em sua relação com o universo, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo, dentro de critérios estabelecidos de respeito, de amor, de solidariedade, e da construção da democracia socioecológica.

Segundo Boff (2012) as pessoas precisam mudar, senão, conhecerão a escuridão e isso se dá através da educação que pode criar novas mentes e novos corações, capacitados a fazer a revolução paradigmática que exige o mundo de risco em que se vive.

Para Boff (2012) os métodos de ensino devem ser modificados que visem a sustentabilidade através da orientação ecológica. Ele argumenta que os educandos devem ter seu aprendizado, não só fechados na sala de aula ou laboratórios, que experimentem o ensino na relação direta com a natureza, com a biodiversidade, para saber como foram construídas as paisagens, as montanhas e rios. Desta forma, sentirão estar profundamente ligados à natureza, terão desenvolvido o respeito, o amor, a afetividade o cuidado por tudo que existe e vive e com uma nova consciência para a percepção “que vida, humanidade, Terra e universo formamos uma única, grande e complexa realidade” (BOFF, 2012, p 155).

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Abordar sobre o profissional de Serviço Social na educação é buscar, além de proporcionar a este profissional mais um campo de atuação, através de políticas sociais, a possibilidade da conquista de mais um espaço, espaço onde este profissional poderá exercer sua função de contribuir na formação dos usuários inseridos no setor educacional, no que se referem à cidadania, direitos sociais, justiça social.

Há muitos anos a figura do assistente social tem composto a organização do trabalho da educação, daí não ser uma experiência nova. Atualmente é uma área que vem se fortalecendo como campo de atuação para a categoria e se observa isso no acesso a artigos publicados, principalmente “nos anais de congressos, nas publicações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nos trabalhos de conclusão de curso, nos jornais do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), no Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS)” (SANTANA, 2006, p. 36).

Existem debates acerca da viabilidade da implantação do Serviço Social nas escolas (Parecer Jurídico 23/00- CEFESS), envolvendo o CFESS e CRESS, que assumem a mobilização de parcerias, no sentido de fortalecimento deste ideal, que se torna um desafio a ser superado. No referido parecer entende-se que a medida de inserção do Serviço Social Escolar

[...] é de extrema relevância e contribuirá – sobremaneira - para o aperfeiçoamento dos mecanismos democrático que possibilitam e garantam, efetivamente, a continuidade dos estudos e permanência da criança e do adolescente nas escolas públicas (CFESS, 2001, p.18).

A escola pública tem o desafio de articular conhecimento com a realidade social, de preparar o sujeito a entender e intervir na realidade. O trabalho do assistente social poderá contribuir de maneira significativa, pois o seu trabalho tem como característica fazer articulação entre as diversas formas de organização e realizar uma leitura diagnóstica do contexto social (CFESS, 2001).

Mosé (2013, p. 21) cita Marx em sua célebre frase “proletários de todo o mundo, unidos”, para relatar sobre as grandes transformações sociais e econômicas. Diz que o saber, como sinônimo de poder, pertencia a poucos, mas que o texto marxista levou, através da consciência classista, o conhecimento às classes populares. Os operários foram incentivados a lerem suas condições de trabalho, sua realidade de vida, através de panfletos, jornais, manifestos. O pensamento e a consciência crítica foram estimulados pelo acesso ao saber.

Durante o século XX, o medo da consciência crítica, levou os Estados capitalistas a impedirem uma educação reflexiva e crítica e supervalorizarem o conhecimento técnico. Com o avanço da ciência moderna a educação voltou-se para a tecnologia e o século XXI chegou com um imenso desenvolvimento tecnológico, mas sem a maturidade política e social (MOSE, 2013).

A mesma tecnologia que levou à alienação e promessa de um futuro melhor, se viu diante do desgaste ambiental, do aumento da violência e também de uma nova revolução que foi o nascimento da sociedade em rede, permitindo a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, ao poder (MOSE, 2013).

Segundo Mosé (2013) a produção de conhecimento é em tempo real. Relações de poder estão instáveis e ao mesmo tempo em que umas são desfeitas outras novas são erguidas. Vivem-se momentos de crises econômica, social, ambiental, tecnológica e diante delas somos todos iguais.

O homem contemporâneo tem um amplo acesso às redes tecnológicas, incentiva a ousadia e tem que aprender a lidar com essa ousadia senão se transformará em falta de limite, falta de noção de si mesmo e sobre o mundo e com a instabilidade de valores. A rede proporciona infinitas possibilidades, com a capacidade da multiplicidade (MOSE, 2013).

Para Mosé (2013) a transformação chegou rápido, aproximou as pessoas, porém pouco diminuiu a desigualdade social e isso gerou mais violência, o caos social contemporâneo, anunciando uma nova ordem que é a exclusão intelectual e cultural. Na verdade a educação é que vai definir a exclusão ou inclusão de pessoas no processo social no século XXI, mas não se trata de qualquer educação ou de escola.

Mosé (2013) afirma que as transformações exigem competências que estão distantes dos nossos modelos escolares. Diz que aprendemos a pensar numa mesma direção, ou seja, linearmente, e os problemas nos chegam organizados em rede, nos afetando de forma múltipla. Relata que vivemos em rede, conectados, com questões cada vez mais complexas e nas escolas, professores e alunos continuam apertando o botão da linha de montagem de uma fábrica em extinção. Diante deste universo posto, tenta-se imaginar qual a estrutura gramatical que irá dar conta desse eterno discurso. Essa nova realidade carece de modelos conceituais mais amplos do que aqueles que ainda são utilizados. O desafio está em se pensar o múltiplo e o móvel, na capacidade de se relacionar simultaneamente com diversas interpretações e perspectivas, nada podem ser pensados isoladamente, pois o saber, a escola, a pessoa não existe sem um contexto e aí pode estar o aprendizado social, a maturidade política necessária.

Mosé (2013) faz uma crítica à escola que ao invés de ser um espaço democrático, de produção de conhecimento e debates, de exercício de cidadania, de respeito a si mesma, à vida e aos outros, tem se colocado como presídio de alunos, depósito de conteúdos impostos, não considera os saberes que os alunos possuem, a escola é um lugar onde a criança não tem direito a opinião. A escola que fragmenta a vida e não leva os alunos a pensarem a partir de seu contexto de vida para a relação com a universalização.

A fragmentação do pensamento e do saber é o modo mais eficiente de controle social, quer dizer, da submissão de pessoas a um modelo excludente de sociedade. Sem a capacidade de relacionar a experiência particular com o todo da vida, [...] jovens e crianças terminam submetidos a processos e engrenagem que os tornam tão pequenos e insignificantes que não se sentem potentes para transformar aquilo que os oprime. Temos direito a um raciocínio complexo, tanto quanto temos direito à saúde, à alimentação, à moradia, etc. (MOSE, 2013, p. 52).

A escola deve ser um espaço aberto, de conexão, de ligação e inclusão e a educação vinculada à cultura. O século XXI direciona a uma escola na qual o aluno seja ouvido e tenha importância, feita para o seu desenvolvimento, e a vida seja respeitada em todas suas dimensões. Diz “enfim, uma escola viva, alegre, corajosa, sempre aberta a novas questões” (MOSE, 2013, p. 84).

De acordo com Santana (2006) a discussão entre Serviço Social e educação deve ser para além do espaço escolar, num sentido mais global, em suas relações sociais no contexto sociais em que vivemos e se passa todo o processo. Processos esses de exclusão social, que estão cada vez mais imediatos e urgentes, acabam por revelar uma política educacional que não dá para ser vista fora deste contexto macro social.

Essa autora ainda discutiu as atribuições do Serviço Social na Educação pensado a partir de dois campos de ação para o trabalho de inserção do assistente social na política educacional. Primeiramente, direto com o atendimento a alunos e seus familiares, no espaço escolar e em diversas instituições de atendimento direto. E o segundo, na atuação em “órgãos de planejamento e de gerência da política educacional” nas “Secretarias de Educação municipal ou estadual” e outros órgãos que não sejam diretamente no atendimento ao usuário, “mas na própria elaboração e dinamização dessa própria política” (SANTANA, 2006, p. 37).

Santana (2006) diferenciou educação do entendimento que se tem enquanto conhecimento dado, e possibilidade de ascensão social que é a base do senso

comum. Relatou que é necessário compreender a educação enquanto um espaço de construção de conhecimento, de socializar saberes historicamente construídos e possibilitador de descobertas de habilidades e potencialidades de cada um que ali se encontra.

Nesse sentido faz-se necessário pensar o espaço onde a política de educação é viabilizada ou gestada, como espaço da realidade social comprometido pela exclusão social, pela desigualdade, pela fome, pela miséria, pela violência, que atravessam e conformam esse processo educacional (SANTANA, 2006, p. 38).

Segundo Santana (2006) as condições socioeconômicas da população usuária e dos próprios professores, a evasão escolar, a violência são questões que estão presentes no contexto escolar.

A questão social é agravante e determinante para a reflexão sobre tais questões e construção de ações para tais agravações. Santana (2006) relatou ainda que existem ações por parte do governo e ações não-governamentais, que visam a manutenção de crianças e jovens na escola, como: “Renda-Mínima, o Bolsa-Escola, agora o Bolsa-Família ou o próprio cadastramento único, que amarram essa questão da criança na escola, da obrigatoriedade escolar” (SANTANA, 2006 p. 39).

Neste contexto apresentado, o assistente social tem como demanda a manutenção da criança e do jovem não só na escola, mas também nos programas de atendimento da política educacional, que sofrem com o processo de exclusão. São políticas compensatórias que, o tempo todo, buscam e trazem a criança e o adolescente para a escola, “e um rolo compressor empurrando-os para fora desse processo que diz querer incluir. Numa perspectiva de inclusão, pois se tem mais uma dinâmica exclusiva durante todo o tempo” (SANTANA, 2006, p. 39).

Santana (2006) elenca algumas expressões da questão social e afirma que a questão do tráfico de drogas e suas refrações (considerada a primeira expressão) têm feito com que os trabalhadores da educação vivam sob tensão. Sobre a questão da dependência química, Santana diz:

Nas classes populares ela é uma questão de polícia, porque o dependente químico não tem acesso a políticas de tratamento; para sustentação de sua dependência ele incide na criminalidade, “necessariamente” ingressa no mundo do crime, e uma coisa acaba levando a outra e, comumente, ao óbito, porque a taxa de jovens que morrem vítimas desse processo de violência é cada vez mais alta. Então, a dependência química envolve as próprias crianças e adolescentes e suas famílias (SANTANA, 2006, p. 39).

Quanto à questão da violência urbana, relata que hoje se vive também o toque de recolher imposto pelo tráfico. Diz que “fecha-se a escola por que o tráfico mandou, e não há quem abra; vive-se o luto do traficante e uma série de processos que tensionam os educadores, que tensionam a comunidade” (SANTANA, 2006, p. 39).

Outra questão que Santana (2006) aponta é o mercado de trabalho. “São famílias que não vivem a dependência química, mas que utilizam seus filhos, ou permitem que guardem armas enquanto traficam, permite que seja “aviãozinho”, ou seja, que tenham algum tipo de renda que provenha do tráfico” (SANTANA, 2006, p. 40).

Santana (2006) relata sobre outra expressão da questão social que é a gravidez na adolescência. Em razão desta, ocorre a evasão escolar decorrente do próprio desconforto gestacional, da necessidade de gerar recursos para se manter e manter a criança que vai nascer. Existe também a falta de informação sobre orientação sexual, sobre os métodos contraceptivos, seja na escola ou na família.

A evasão escolar é apontada por Santana (2006) como outra expressão da questão social, que há uma dificuldade em manter a criança na escola, apesar de todas as políticas associadas para o incentivo de manutenção. O que a criança consegue como o seu trabalho, muitas vezes é superior ao que é ofertado para sua permanência na escola, no programa.

Outra expressão da questão social, que é a violência doméstica, está presente em todas as classes sociais. Sabe-se, porém que a violência doméstica é resultante do contexto em que:

[...] as famílias estão submetidas, da fome, da miséria, de não saber o que vai ter para comer logo mais à noite (não é nem amanhã, é hoje, ainda), do tensionamento do desemprego, de toda a violência que tensiona essa família e acaba explodindo na mulher, na criança, no idoso, naquela pessoa que está ali. Sobretudo na criança e no adolescente, e na violência contra a mulher (SANTANA, 2006, p. 40).

Segundo Santana (2006), outra questão que permanece é o trabalho infantil, apesar de todas as propagandas para sua erradicação. A criança acaba por realizar a dupla jornada de meio horário na escola e outro meio horário fazendo os mais diversos tipos de serviços, seja na venda de doces, no próprio tráfico, já dito anteriormente, seja como babá, e outros.

De acordo com Santana (2006) existem ainda as crianças em situação de rua, que há grande dificuldade em incluir na educação essas crianças e adolescentes, pela

própria situação em que vivem. As instituições não estão preparadas para trabalhar com esse público e suas particularidades.

A situação socioeconômica da população é outra questão, em que a maioria é carente de direitos, bens e de acesso às políticas públicas. São carências que se manifestam no seu dia-a-dia, na escola, na organização, em outro tipo de instituição. Não tem acesso também à saúde, onde a maioria das vezes é feita pela porta da emergência do hospital, pois ali a pessoa tem atendimento rápido e é medicada, enquanto nos ambulatórios a consulta é demorada e em geral não consegue acessar o medicamento receitado nas farmácias (SANTANA, 2006).

Santana (2006) ressalta que existe o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECONAD), o que faz que muitas instituições desrespeitem o estatuto e esclarece que quem trabalha com criança e adolescente deve tê-lo como ferramenta para trabalho e se pautar em sua lógica e concepção.

Essas expressões e questões estão presentes enquanto demanda para o trabalho do Serviço Social como atendimento direto e como possibilidade de ação do assistente social nos órgãos de planejamento e gerenciamento da política educacional, anteriormente já mencionado (SANTANA, 2006).

De acordo com a autora, no âmbito do gerenciamento, há a possibilidade de se trabalhar com a perspectiva da intersectorialidade, fazendo a articulação das políticas entre as redes de serviços, é uma relação com as políticas públicas de maneira fragmentada, pois é assim que elas estão organizadas. Outra possibilidade é o planejamento de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais e essa é a nossa força de ação. “Outra possibilidade é a mobilização de informações, seja através de diagnóstico, de caracterizações, que sabemos fazer bem, e a produção de conhecimento da realidade, que venham subsidiar a construção de ações” (SANTANA, 2006, p, 42).

Santana (2006) cita outras possibilidades de trabalho para o assistente social na educação, como:

Outra possibilidade é a promoção de atividades e ações que ampliem o debate das expressões [...] da questão social na educação e da configuração da educação à expressão da questão social. Outro aspecto é o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos programas sociais presentes na educação. [...] Outro elemento é contribuir na formulação de ações da política de educação que considerem essa dinâmica das

relaçõessociais e a realidade social no qual o usuário se insere (SANTANA, 2006, p, 42-43).

Almeida, ([2006?]) ressalta que a educação é constitutiva da vida social, e perpassa a institucionalidade reguladora do Estado. Por relacionar as esferas privada e pública, grupal e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade, a política educacional pode ser compreendida como uma expressão das lutas sociais, em especial a disputa pela hegemonia no campo da cultura que está ligada ao mundo da produção, sendo, portanto expressão da própria questão social, uma vez que não se constitui em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil, nem mesmo em função da consolidação do capitalismo, como condição para o desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com esse autor, para se compreender a política educacional é preciso que se demarque seu arcabouço institucional. As escolas públicas e privadas centralizam hoje, uma juventude oprimida pelo consumismo, o que intensifica o seu processo de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, fazendo surgir novas expressões da questão social e fortalecendo as já existentes (ALMEIDA, [2006?]).

A inserção do Serviço Social na política educacional se torna possível, então, a partir do acúmulo teórico e profissional no campo das políticas sociais, no entanto, é necessário organização e intervenção política, pois além da vontade e competência do Serviço Social, é importante o reconhecimento da necessidade de aumentar as formas de enfrentamento das expressões da questão social no ensino fundamental, e os assistentes sociais nas escolas, representam a contribuição para a ampliação do processo educacional, ou seja, além de viabilizar o acesso, é preciso trabalhar a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, bem como estender essa convivência para os familiares, que por motivos sociais diversos não concluíram ou experimentaram esta oportunidade (ALMEIDA, [2006 ?]).

Assim se expressa o autor:

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócios institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial (ALMEIDA, [2006 ?], p. 06).

Lopes (2006) em seu estudo teve o propósito de refletir e conhecer acerca do serviço social na rede pública de ensino, com o objetivo de identificar como se dá a teoria e prática do assistente social no campo educacional, estudando e conhecendo os problemas socioeducacionais e as contribuições do profissional de serviço social na área educacional, tendo em vista a realidade social das escolas, no sentido de garantir melhor condição de estudo ao educando. A autora acredita que, diante de tais propostas, os problemas poderão ser amenizados através da ação conjunta entre profissionais de serviço social e demais agentes escolares. Neste sentido, a atuação do assistente social nesse espaço irá contribuir para ampliar a política educacional, na tentativa de garantir que crianças e adolescentes sejam matriculados e frequentadores na escola, trabalhando e amenizando as expressões da questão social mais pertinente no ambiente escolar.

A mesma autora ressalta que, sendo a educação uma política pública de direito constitucional, a sua garantia deve ser, não somente no aspecto do acesso à educação, mas principalmente a qualidade do ensino, “a fim de promover crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão”. E nesse sentido, cabe ao profissional de Serviço Social, por meio de sua prática, ampliar e contribuir para sua garantia (LOPES, 2006).

No entanto, apesar das conquistas dos trabalhadores nos anos de 1980, nos anos de 1990 o ideário neoliberal promove o desmonte das políticas sociais, que sofrem um retrocesso nas conquistas dos direitos sociais, pois o Estado reduz os gastos públicos, compromete o sistema educacional, prejudicando a sua estrutura sócio-econômica e os indivíduos inseridos neste contexto, como os professores, os alunos e seus familiares. “Todavia é nesta conjuntura, que se faz necessária a intervenção do Assistente Social, que é o profissional que trabalha com as relações sociais e suas problemáticas” (LOPES, 2006).

De acordo com Lopes (2006), para possibilitar o entendimento do contexto no qual a escola está inserida, as teorias sociológicas, tendo como destaques pensadores como: Durkheim, Bourdieu, e Gramsci contribuem para a compreensão da dinâmica social e suas diferentes visões da Educação. Essas teorias representam a reprodução social e a escola também contribui para a reprodução da ordem social. Duas correntes de pensamento opostas dão base ao sistema educativo: a funcionalista e a materialista histórica.

Durkheim tem como objeto de estudo os fatos sociais exteriores ao indivíduo que são usados como regra para entender a sociedade e os fatos que acontecem na mesma em sua totalidade, e se algum fato estiver em discordância com a sociedade, esta não estará bem, ou seja, a maneira de agir, pensar, sentir, precisa ser comum à média dos membros de uma sociedade. “Tendo em vista este pensamento, a escola, para este pensador, ocupa uma posição central na formação do caráter da criança” (DURKHEIM apud LOPES, 2006).

Durkheim, em sua teoria funcionalista, afirma que a família não está habilitada para cuidar da formação da criança para a vida social, pois, na família, se aplica a moral afetiva, sendo que na sociedade dos adultos as relações são submetidas às regulações, e diz que a escola servirá de ligação entre a moral afetiva da família e a moral mais rígida da vida civil (LOPES, 2006).

Na perspectiva de Bourdieu a teoria da reprodução explica a funcionalidade da escola, a partir da *violência simbólica*, como uma instituição que reproduz as desigualdades sociais, transmitindo a cultura da classe burguesa, dando sustentação “para a continuidade das relações de dominação a partir da transferência de sistemas simbólicos de classificação e categorização que organizam os espaços sociais” (LOPES, 2006).

A diferença entre a classe dominante e a classe subalterna é a posse dos diversos tipos de capital, que vai do econômico ao cultural, passando pelo social, também as diferencia a luta simbólica travada pela manutenção e apropriação dessas posses (LOPES, 2006).

As duas teorias, a funcionalista e a reprodutivista se diferenciam em alguns pontos; a primeira compreende a escola como uma instituição integradora indispensável à ordem social, com vestígios positivos; a segunda observa a escola sob a ótica dos valores e de como são insuflados nos indivíduos, mostrando-a negativamente. Assim sendo, a educação que deveria atuar como possibilidade de promover alterações nas relações sociais de dominação, termina por levar à manutenção do sistema, reproduzindo-o, oferecendo as condições para a manutenção e a reprodução do *status quo*. A educação como reprodutora das relações sociais de dominação, deverá ser inserida em projetos de mudança da sociedade e a seguir se

verá os estudos teóricos que demandam esta possibilidade de transformação. (LOPES, 2006).

Gramsci tem como base teórica o materialismo dialético, com propósitos a luta de classes no desenvolvimento histórico, onde o conhecimento é concebido como resultado da práxis social, formado nas experiências concretas da vida. Para ele, cultura é experiência de vida (LOPES, 2006).

A diferença das outras teorias se dá no oposto do desenvolvimento da educação. A classe proletária precisa ser a responsável pela construção da cultura, pois só assim haverá a transformação necessária e não a reprodução e a manutenção do status quo (LOPES, 2006).

Diante das perspectivas trazidas pelos autores sobre esses pensadores, acredita-se que Gramsci apresenta a base teórica que melhor fundamenta as questões que se pretende estudar, principalmente quando ele diz sobre a escola como local de transformação e não de manutenção do *status quo* (LOPES, 2006).

De acordo com Mochcovitch (1990) a escola, para Gramsci, será em certa medida transformadora, na medida em que oferecer a classe subalterna os meios para que, após uma longa jornada de conscientização e luta se organizem e sejam capazes de governar aqueles que as governam. A escola deverá ter a capacidade de direcionar os indivíduos das mais diversas classes sociais, e necessariamente as classes das camadas subalternas, para que tenham clareza e conhecimento sobre seus direitos e deveres na sociedade. Gramsci não nega a função reprodutora da escola, mas afirma que ela tem um papel transformador da sociedade. A escola produz conformismo e o consentimento, mas também pode trazer esclarecimento que contribuirá com o realce cultural das massas.

O fazer profissional do assistente social nas instituições de ensino vai depender da corrente que terá como base para sua atuação, pois a ideologia do Estado é reproduzida pelas escolas e faz parte do seu *Lócus* de atuação. Para tanto é importante refletir acerca das teorias, citadas acima, para pensar na possível atuação do assistente social na educação (LOPES, 2006).

Lopes (2006) afirma que é possível uma inserção do assistente social na educação, situando-o numa ação crítica, e participativa de mudança social, presente nas mais diversas situações cotidianas, intermediando nas relações externas e internas e para

que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que esteja relacionada às dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

Para Almeida, a prática do assistente social na escola significa:

pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais (ALMEIDA, [20--], p. 2).

O assistente social poderá impulsionar um trabalho entre “escola/aluno e seus respectivos familiares e comunidade”, no sentido de direcionar a reflexão política, para que possam reconhecer seus direitos e deveres e exercerem sua cidadania (LOPES, 2006).

As atividades exercidas na área da educação se apresentaram como uma nova forma de intervenção do Serviço Social com possibilidade de fundir o objetivo da educação, enquanto incentivadora na construção de cidadãos críticos, com a possibilidade de experimentar e colocar em prática um projeto de assistência social, através de um trabalho de formação política com a comunidade. Assim, o assistente social, em sua prática na educação, faz a ligação entre a efetivação das ações educacionais com políticas assistenciais “que é a conquista de direitos, de autonomia e cidadania pelas classes excluídas na sociedade” (ABRANCHES, 2012, p.15).

A autora ressalta que,

O Assistente Social que atende a comunidade escolar, seus familiares e a população no entorno das escolas tem recebido diversas demandas sociais como: problemas com a violência escolar e doméstica, alcoolismo e prostituição infanto-juvenil, drogadição entre os jovens, gravidez na adolescência, conseqüências da desestrutura familiar, crianças e jovens que freqüentam a escola para se alimentar devido a dificuldades financeiras das famílias, entre outras. Também tem sido chamado a atuar, interdisciplinarmente, em debates sociais mais amplos, articulando-os com reivindicações de diversas áreas educacionais: educação patrimonial, educação ambiental, projetos afetivo-sexuais, alfabetização de adultos, entre outros (ABRANCHES, 2012, p. 16).

Moreira (2012) também aborda algumas particularidades do trabalho do assistente social na educação, com algumas perguntas:

Quais são as questões que se apresenta no cotidiano deste profissional? Como e por quem elas são filtradas no cotidiano da rede pública de educação? Quais os limites existentes entre as condições sociais e

econômicas das famílias dos estudantes da rede municipal e as dificuldades que notoriamente se reproduzem e ampliam há anos e que evoluam o quantitativo de crianças e jovens que freqüentam as aulas e não aprendem os conteúdos escolares? Em que medida essas questões são apreendidas e enfrentadas pelos profissionais de Serviço Social (MOREIRA, 2012, p.154)

Essas indagações apontadas pelo autor, que usou como local para sua pesquisa escolas municipais do Estado do Rio de Janeiro legitima o interesse por esta pesquisa.

Moreira (2012) aponta que é preciso refletir acerca da realidade “difícil e não - ocasionalmente experimentada” nas escolas do Brasil. São realidades que impõe tanto aos trabalhadores da política de educação quanto os usuários dessa política condições adversas e desumanas de ensino e aprendizado, tais como:

Alunos e alunas envolvidos com a comercialização local de drogas ilícitas a varejo, assim como o seu consumo; famílias pobres que utilizam a escola como o principal meio de garantir algumas refeições diárias aos seus filhos e/ou o repasse de benefícios financeiros de programas de transferência de renda condicionados a frequência escolar; a violência e suas variadas expressões que ocorre intramuros escolares (praticadas e sofridas de formas diversas e por todos os segmentos que compõem a escola) e a violência extramuros que invade e limita o trabalho na escola (MOREIRA, 2012, p.154-155).

Esta reflexão, apontada pelo autor, deverá ser feita com a análise dos fenômenos articulados com o contexto interno da temática da educação, e não como algo externo e estranho aos processos educacionais, assim como a realização das discussões e reflexões travadas dentro e fora das salas de aula (MOREIRA, 2012).

Moreira (2012) se reporta a Norberto Bobbio (1992) e Gramsci(1984) para apresentar como a classe burguesa conquista o consentimento da população em geral, para dar continuidade aos seus projetos econômicos, sociais e culturais sem críticas ou questionamentos por parte da maioria dirigida. O primeiro diz que a supremacia das formas de governos não pode se dar o tempo todo através da coerção, pois a estabilidade dessas formas de governo ficaria abalada. Já o segundo, sob bases marxistas, entende que a supremacia de uma classe sobre a outra está relacionada à direção social e ao domínio que aquela que está no poder exerce sobre as demais. Gramsci mostra que a escola, assim como a Igreja e os meios de comunicação, ocupa um lugar estratégico no que concerne aos processos de difusão da ideologia funcional ao sistema vigente. Porém, a escola representa um importante meio para poder alcançar parte dos conteúdos necessários aos

processos de ampliação de visão de mundo e de formação de uma consciência crítica (MOREIRA, 2012).

É nesta realidade que o assistente social deverá trabalhar, descobrindo lacunas do sistema e utilizando-se de sua relativa autonomia e criatividade nas possíveis formas de intervir a favor das classes subalternas. Fazendo o reconhecimento dessa realidade e dos processos sociais que a determina é condição para que os profissionais se coloquem a serviço da manutenção ou da superação desta lógica imposta (MOREIRA, 2012).

Destarte, os assistentes sociais têm a sua ação socioeducativa ligada a uma ação para o fortalecimento de processos emancipatórios. A percepção da realidade deverá contribuir para a criação de uma consciência crítica entre os sujeitos, e também de formação de processos democráticos, “enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários. Nesse processo educativo, projeta-se a emancipação e a transformação social” (LIMA; MIOTO, 2001, p. 216-217).

As reflexões sobre as ações socioeducativas no serviço social têm sustentação nas contribuições em três tendências de perspectiva crítico-dialética, quais sejam: Antonio Gramsci, Paulo Freire e também as produções sobre o *empowerment* (LIMA; MIOTO, 2001).

Lima e Miotto (2011) mencionam que Antonio Gramsci, como já dito anteriormente neste capítulo, tem em suas obras estudos no sentido de revelar forças capazes de identificar mediações que incitem a formação de processos emancipatórios para a classe subalterna. Paulo Freire tem em sua proposta sobre o ato de educar, uma relação horizontal entre os sujeitos envolvidos no processo educativo; um ato político de intencionalidade e direcionalidade; uma aprendizagem constante; uma mudança, no sentido de mostrar aos sujeitos novas formas de viver. E, sobre a concepção de *empowerment*, constitui-se de uma nova referência para a formação da ação socioeducativa na perspectiva do projeto ético-político. De acordo com as autoras, Faleiros é o principal autor que veicula esta concepção e tem como argumento:

aumentar a defesa dos Direitos; implementar novos contratos em prol da ampliação da cidadania; prestar informações de interesse do usuário acerca das políticas públicas; articular as pressões e as expressões do usuário; ampliar recursos administrativos e jurídicos para a defesa do usuário;

integrar níveis de intervenção e formar redes de ação em favor do usuário; abrir canais de diálogo e participação etc. (LIMA; MIOTO, apud FALEIROS, 2011, p, 221).

Desta forma, a partir das tendências apresentadas, o assistente social atua depois do reconhecimento da concepção do sentido da palavra educar, referindo a uma concepção de mundo como uma posição política. Pois, de acordo com o entendimento que se tem em relação do que é educar, por que educar, como educar, para quem e com qual finalidade, o sentido da ação muda a ação profissional (LIMA; MIOTO, 2001).

Lopes, (2006) nos estudos bibliográficos, observou, partindo da análise das correntes sociológicas, que as escolas são reprodutoras do sistema capitalista, pois economicamente dependem deste sistema. Identificou também que nos anos de 1980 e 1990 houve um avanço no ensino público brasileiro, no que diz respeito ao acesso dos alunos nas escolas, porém não houve um aumento da qualidade no ensino.

A partir da análise das pesquisas compreendeu-se a importância do assistente social no quadro de profissionais da educação, para que a escola cumpra sua função social, de proteção dos direitos fundamentais de crianças e do adolescente, conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) – (BRASIL, 2011), inclusive direito a cultura. Os problemas que se manifestam neste contexto requerem o intermédio de uma equipe interdisciplinar, já que a escola vem perdendo sua identidade de transmitir conhecimento. A categoria de profissionais de Serviço Social deve reconhecer e reclamar sua atuação na área educacional como novo campo de atuação (LOPES, 2006).

Abranches (2012), diz que a atuação do profissional de Serviço Social dentro das oposições entre diversos interesses e, principalmente, entre os representantes do poder público e as classes populares, pode criar meios para novas formas de práticas, desejando modificações no plano da correlação de forças. Esta autora orienta os profissionais que atuam ou pretendem atuar na área de educação a respeito do cumprimento do projeto ético-político e que objetiva colaborar para a emancipação e autonomia dos indivíduos frente às situações de adversidades e desigualdades sociais, além da busca de interação indivíduo/sociedade nas dimensões política, econômica, social e cultural. É uma experiência capaz de fazer a ligação entre a efetivação das ações educacionais com o debate político dos

projetos da assistência, ajudando no processo de aprendizado político em seus trabalhos, podendo transpassar os muros da escola e estabelecer uma dinâmica de politização para as classes populares.

Moreira (2012) diz que algumas soluções para as questões demandadas, não são diferentes dos interesses que as classes dominantes querem para a escola pública. E é nesse modo contraditório que a contribuição do serviço social se faz presente no processo de construção e fortalecimento de uma contra hegemonia, indo de encontro à lógica instituída. É importante que o assistente social assuma um compromisso com a transformação do quadro educacional atual. Também há a questão da mobilização em defesa da qualidade da educação pública, que o assistente social não deve deixar de fora de sua luta; A união entre os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar nos espaços coletivos e em instancias de deliberação da política social são as condições necessárias para que se possa intervir pelas cavidades que a democracia burguesa permite nos rumos das políticas sociais (MOREIRA, 2012).

O assistente social poderá ser um intelectual para a promoção da mudança, mas para tal não poderá temê-la. Freire (1997, p. 88) diz:

Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudança e a percepção e a aceitação de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las. Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte.

Pensar a função do assistente social no contexto escolar é ter em mente que se terá uma atuação marcada por conflitos naturais de uma instituição social. Projetos e propostas entram em disputa no interior destas instituições para organizar e dirigir o processo educativo, daí a necessidade de desvelar quais seriam as funções específicas dos assistentes sociais neste espaço. É relevante o conhecimento do Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) da escola, pois é através dele que se poderá estar inteirado sobre os fundamentos, os princípios e os objetivos de todo o processo ensino-aprendizagem, porém há que se cuidar para não haver uma confusão de função com as atribuições específicas do corpo docente (GOUVÊA, [2006 ?]).

De acordo com Gouvêa, [2006?], o profissional de Serviço Social, atuando no espaço escolar, deverá construir ações que possam andar junto a Coordenação escolar, realizando contatos com as famílias, diagnosticando as condições socioeconômicas, culturais, profissionais, visando detectar as implicações relacionadas às questões sociais que vão dificultar o ensino do aluno. É competência do assistente social, pela sua formação fazer contatos com as famílias e o Conselho Tutelar, realizar cursos de capacitação com a comunidade escolar acerca do ECRAD, além de acompanhar e conduzir problemas mais complexos de casos sociais (GOUVÊA, [2006?]).

Cada vez mais é primordial a prevenção e a erradicação das violências nas escolas e para isso é preciso “relacionar conhecimento sensível, ético, valorização do jovem, criação de um clima agradável e participativo, com conhecimento especializado e transdisciplinar, bem como análises sobre segurança pública e segurança escolar” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 324).

Nesse sentido, Bastos (2001, p. 22) inclui na lista de práticas sociais da escola pública, a gestão democrática, que contribuirá para a “consciência democrática e a participação popular no interior da escola”. Diversas práticas se encontram no cotidiano escolar e está em constante movimento no dia a dia da escola e pode contribuir tanto para seu êxito ou para o seu fracasso. A gestão democrática não deve ser apenas na esfera da administração escolar, mas deve atingir toda a escola e chegar até a sala de aula, pois a sala de aula é também espaço de disputa pelo saber, da formação das subjetividades, espaço da educação política e não só lugar de aprender conteúdo.

De acordo com Alencar (2001), democratizar é um processo que trabalha nos espaços socializados e gera o novo no interior do velho. Estas novas formas de organização social se fazem pela participação, que é muito importante para a construção da hegemonia socialista. A participação, como prática cidadã requer resgate da perspectiva histórica e percepção geral, ecológica, cooperativa, baseadas no autêntico compromisso democrático. A educação política para a cidadania é o veículo ideal para a aceitação dessa nova cultura, libertária e solidária, e se dá na escola e fora dela, como processo amplo que se espalha em várias frentes. Esta educação tem na escola o lugar para o seu aperfeiçoamento.

O papel do educador-cidadão (intelectual orgânico da classe trabalhadora) é devolver ao povo, como matéria trabalhada, o que dele recebeu como vivência empírica. Um processo que combina realidade e teoria, práxis e formulação, escola e vida, educador e educando, cujos papéis várias vezes – e sadiamente! – se misturam (ALENCAR, 2001, p.39).

Alencar (2001) afirma que a educação existe desde que o ser humano surgiu na face da Terra. E por isso, educação é cultura e ideologia e assim serve para unir ou distanciar pessoas e classes sociais. Quando a educação passou a ser considerada direito universal, entendeu-se que ela é o melhor caminho para ser pessoa, cidadão, passando a ser sinônimo de civilização. Como dever do Estado, a noção moderna de escola vem se afirmando como aparelho ideológico do Estado, para reproduzir as condições sociais de existência na sociedade de classes ou como atendimento à pressão da população trabalhadora por informação e formação.

O serviço público de educação, no Brasil, não atende a demanda e o ensino da escola tem contribuído para a repetência e desistência escolar. A realidade dos alunos não entra na escola e a leitura estimulada é de outro mundo, distante e estranho. Esta realidade da educação é o ideal para as elites, pois a pessoa desinformada é mais facilmente explorada. A educação superficial, violenta, sem ética, sem sentido, envolve a todos. “Sai o cidadão, entra o cliente, o freguês, o consumidor” (ALENCAR, 2001, p. 44).

Alencar (2001) considera que a educação escolar é uma parte inserida na sociedade, que é o todo, mas que se tem que romper com a visão fragmentada. O processo de transformação social da sociedade e da educação acontece mutuamente, e a escola como aparelho ideológico é mais demorada na mudança, mas é decisiva.

Segundo Spósito (2001) é importante a participação de vários segmentos como pais, moradores, movimentos populares e sindicais para a democratização da gestão educativa, e para isso é preciso uma profunda reflexão, pois a complexidade é maior do que se aparenta, pois se trata de uma sociedade tradicionalmente impregnada pela dependência econômica e pela exclusão política e cultural.

É importante ressaltar neste contexto a idéia da educação para a cidadania que, segundo Gohn (2009), o século XX trouxe novas interpretações ao conceito de cidadania. O projeto burguês de sociedade enfatizou a questão dos direitos mais como deveres do cidadão e menos como direitos. O Estado passou a regulamentar

os direitos dos cidadãos. A cidadania deixou de ser uma conquista da sociedade civil, passando a ser regulamentado pelo Estado para interesse da classe dominante. Ao lado desta concepção de cidadania regulada pelo Estado, tem a cidadania que, sob a influência das ideias neoliberais, passou a ser pensada como retorno à ideia da comunidade solidária, onde o cidadão é aquele que participa de interesses, solidário aos seus pares. Neste aspecto a educação tem como objetivo educar para a cooperação geral, buscando contribuir para solidificar uma consciência civil de convivência harmoniosa na sociedade urbanizada.

Mas, Gonh (2009) trás uma terceira concepção de cidadania que foi elaborada a partir da luta de grupos organizados da sociedade civil, por movimentos sociais. É a cidadania coletiva. A educação ocupa lugar central nesta concepção, pois cidadania ativa e coletiva se constrói no processo de luta, que implica e se constitui de um movimento educativo. Constrói-se no interior da prática social, decorrente do acúmulo das experiências criadas, no cotidiano, pelo processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram. A cidadania coletiva é constituidora de novos atores sociais e históricos.

A educação para a cidadania configurou-se como uma demanda predominante na sociedade brasileira na década de 1980 e persiste ainda na atualidade. Dentre algumas demandas pode-se identificar: educação contra discriminações sociais, educação para o trânsito, educação para respeito às minorias étnicas e diversidades, educação contra a violência, educação da pessoa com deficiência. Ser cidadão é ter direitos, deveres, consciência social e ser respeitado. Os direitos modernos de cidadania ainda estão sendo demandados a partir de minorias politicamente bem organizadas (GOHN,2009).

É preciso mostrar que a coletividade é uma forma de desenvolvimento e que as tarefas e responsabilidade devem ser divididas para que os resultados das nossas intenções tenham qualidade, e que um grupo de pessoas pode muda a sociedade. Dessa forma a convivência com idéias de sustentabilidade, conteúdos e aprendizados ficarão por toda a vida. O mundo poderá ser transformado com as pequenas atitudes, no interior das associações ou instituições.

Lembrando de uma reflexão de lamamoto (1997, p. 08) que relata sobre o desafio do assistente social:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, um profissional, propositivo e não só executivo.

Ter o entendimento da possibilidade de transformação e melhoria das relações societárias através da educação é um desafio e uma dimensão que não pode ser esquecida na atuação do assistente social. Esta atitude levará uma nova ética às pessoas, com mudanças na realidade e nos valores sociais.

A escola é um local estabelecido socialmente, que se destina à efetivação da transmissão de conhecimentos. Enquanto representativa do saber, onde se dá a aprendizagem, é construída pelos modos de convivência entre vários indivíduos, embora os mais focalizados sejam o aluno e o professor. É um espaço social, permeado e marcado por aspectos culturais, históricos, econômicos, políticos e sociais. Na escola a intencionalidade se apóia em pressupostos de sujeição e regulação humana, materializando uma educação para a submissão. Porém a escola que desejamos é a que preconiza uma educação emancipatória dos indivíduos, a escola cidadã como espaço de aprendizagem e constituidor do sujeito social e a escola inclusiva como espaço de convivência democrática com o diverso.

De acordo com Paulo Freire (1983) o homem é um ser inacabado e capaz de fazer a auto reflexão e descobrir-se assim e a educação tem caráter permanente, por isso estamos sempre nos educando. Sendo assim, é importante se colocar na “posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possui outro saber relativo” (FREIRE, 1983, p. 29).

Freire (1983) comenta também sobre o homem ser capaz de se relacionar no mundo e com o mundo, de refletir sobre a sua realidade, assim ser capaz de transformá-la. A educação não pode estar voltada para a adaptação do sujeito à sociedade. A sociedade julga o indivíduo rebelde e indócil como inadaptado, porém é neste jeito de ser que o homem é mais criativo. E restringir a educação a um plano pessoal é impedir o educando de criar. Por isso ser urgente o desenvolvimento de uma consciência capaz de fazer uma análise crítica que leve o homem a mudançada realidade (FREIRE, 1983).

Freire (1983) faz uma crítica a educação que é tida como bancária, em que o educador deposita seus conhecimentos ao educando que recebe passivamente os

conteúdos. Assim, este tipo de educação faz com que o próprio homem seja arquivado, anula seu poder de criar. E o “destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação” (FREIRE, 1983, p. 38).

Educar para a cidadania significa educar para a vida em seu sentido amplo. E o Serviço Social vem confirmando suas ações na defesa intransigente da democracia, da justiça, da liberdade e dos direitos humanos. Não adianta só trabalhar conteúdos escolares, se não estão dando condições para os alunos se virarem sozinhos, diante das dificuldades da vida. A escola tem um novo compromisso social, que é da educação de qualidade, para manter boas condições de vida, gerando oportunidade para a dignidade humana.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como tema o serviço social escolar, para tanto foi utilizada a abordagem qualitativa, com vistas a aprofundar o conhecimento buscado neste estudo, manteve-se o interesse direcionado à busca da análise das demandas sociais apresentadas pelos docentes no cotidiano do seu trabalho em uma escola pública do município de Vila Velha/ES, pelo desejo de obtenção de dados não mensuráveis quantitativamente, mas que participam das características componentes do objeto desta pesquisa.

Foi feita a opção pela pesquisa qualitativa que revela estados subjetivos e alcança desejos ocultos, ou mesmo conscientes, espontaneamente. Incentiva os entrevistados a refletirem abertamente sobre algum tema, objeto ou conceito. “É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação” (Dantas e Cavalcante, 2006).

Segundo Goldenberg (2004),

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador (GOLDBERG, 2004, p. 53).

Para desenvolver a presente investigação foi feita a opção pela pesquisa exploratória o que permitiu familiarizar-se com o fenômeno que foi investigado, de modo que a pesquisa pode ser concebida com uma maior compreensão e precisão na busca de seus resultados.

Este estudo foi realizado no espaço interno de uma Instituição Escolar Pública de Ensino Fundamental no município de Vila Velha/ES.

Os sujeitos da pesquisa foram 10 docentes da instituição. Para coleta de dados foi realizada a aplicação de um questionário contendo sete perguntas abertas (APÊNDICE A) com vistas a identificar:

- a visão dos docentes sobre os limites da atuação do professor para a resolução dos problemas socioeducacionais presentes na escola de ensino fundamental, no município de Vila Velha.

- quais os mecanismos de enfrentamento, dos diferentes aspectos da questão social presentes no cotidiano, utilizados pelos docentes.

- quais problemas apresentados pelos docentes que podem se configurar enquanto atribuições e competências do Assistente Social conforme lei de regulamentação da profissão 8662/93.

A escolha por este instrumento de coleta de dados se deu após leitura em que Goldenberg (2004) relata sobre as vantagens e desvantagens da aplicação do questionário em pesquisa científica, onde se tem mais vantagens. São vantagens:

1. é menos dispendioso;
2. exige menor habilidade para aplicação;
3. pode ser enviado pelo correio ou entregue em mão;
4. pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo;
5. as frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração;
6. os pesquisados se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades;
7. menor pressão para uma resposta imediata, o pesquisado pode pensar com calma (GOLDENBERG, 2004, p.87-88).

As desvantagens apontadas pela autora são:

1. tem um índice baixo de resposta;
2. a estrutura rígida impede a expressão de sentimentos;
3. exige habilidade de ler e escrever e disponibilidade para responder(GOLDENBERG, 2004, p. 88).

De acordo com Gil (2010) na análise qualitativa as categorias não são definidas à priori, pois emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas/texto e implicam numa constante ida e volta ao material de análise e à teoria. As categorias vão sendo criadas, à medida que surgem nas respostas/texto, para depois serem interpretadas à luz de teorias explicativas.

Os dados do questionário foram tratados utilizando-se o método de análise de conteúdo. Foi procedida leitura no material produzido com os participantes, a partir do qual se extraíram as unidades que configuraram sentido ao texto, conforme os objetivos perseguidos neste estudo. Em seguida, para análise das categorias as unidades foram aglutinadas conforme suas semelhanças. As categorias formadas foram apresentadas com descrição textual do seu conteúdo, usando-se a inferência e a associação ao referencial teórico do estudo.

Como procedimentos éticos foram resguardados o anonimato dos docentes, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) e não foi divulgado o nome da instituição na versão final do TCC. Os dados somente foram coletados após aprovação da pesquisa pelo CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

4.1 BREVE CONTEXTO DA UNIDADE DE ENSINO

Atualmente a escola funciona em três turnos, ou seja, matutino, vespertino e noturno, e atende a uma demanda de alunos de 6º ao 9º ano no diurno e de 1ª a 8ª série da Educação de Jovens e adultos (EJA), no noturno, do Ensino Fundamental. A escola participa do Programa Mais Educação, que funciona no contra turno para alunos que estudam durante o dia. E aos sábados funciona a Escola Aberta para atendimento à comunidade.

Para melhor ilustrar o trabalho, farei uma breve contextualização sobre a escola, porém sempre mantendo o sigilo quanto a identificação da mesma e do bairro onde está localizada, e para isso foi utilizado como fonte o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição.

A criação da escola é datada do ano de 1964, funcionando precariamente um barracão nos fundos de uma residência de moradora do local. Logo no ano seguinte, em 1965, foi inaugurado o prédio, onde está até hoje. Ao longo dos anos, a escola passou por várias reformas, e mesmo assim a unidade escolar continua com problemas de infraestrutura. As salas de aula estão com rachaduras, que durante o período de chuvas provoca infiltrações, são pequenas, pouco arejadas, sem iluminação natural, pois possuem poucas janelas.

De acordo com as normas técnicas a escola está inadequada para atender a sua clientela em termos de espaço físico, ambiental e pedagógico. A mesma não possui área de lazer para os alunos praticarem esportes (a educação física é feita no anexo, e a biblioteca também funciona neste anexo), refeitório. Não possui sala para coordenação e para pedagogos.

A instituição escolar está inserida em uma comunidade empobrecida e seus usuários advêm desta e de outras comunidades em seu entorno que em sua maioria é formada por uma população pertencente à classe popular, alguns com situação financeira abaixo da renda, outros um pouco melhor, mas a grande maioria com carência de respeito, justiça, solidariedade, dignidade, trabalho e real exercício da cidadania, fatos que vem gerando graves problemas de disciplina, interferindo no processo ensino aprendizagem e socioeducativo.

A escola conta com profissionais qualificados para oferecer aos alunos um ensino de qualidade voltado para o desenvolvimento de valores moral e ético, na perspectiva de transformação social crítica e criativa, tentando resolver os problemas e buscando solução para a construção de um ambiente mais agradável. Para tal busca trabalhar com temas atuais interdisciplinarmente e tem como proposta aulas, passeios, visitas e outras experiências que são acrescidas à dinâmica escolar, objetivando formação autônoma e participativa de levar o aluno a ser sujeito de seu processo de aprendizagem, interagindo com objeto de conhecimento de multiplataformas e tendo o professor como mediador e coparticipante.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, tem-se agravado o quadro da desigualdade social com quebra de valores essenciais, crescentes preconceitos, violência, desestrutura familiar, falta de amor e respeito que modificam a sociedade, principalmente, devido ao avanço tecnológico, que é importante, mas que vem acompanhado dessas falsetas. A comunidade local também sente essas transformações socioeconômicas e ambientais que interferem no equilíbrio da aprendizagem e no relacionamento interpessoal no âmbito escolar. A escola passa a ter a responsabilidade de direcionar as atitudes básicas transformadoras de uma sociedade mais justa e democrática onde indivíduos trabalhem para viver com qualidade e respeito, dando valor assim, a cultura e a discussão entre todos e por todos.

Acredita-se que a escola é a instituição apropriada para a transformação da sociedade porque envolve pessoas pensantes e desejosas de uma sociedade mais justa e igualitária. Ela tem conhecimento de que o contexto social abrange situações conflitantes e que põe, a todo o momento, os indivíduos a prova. Daí a necessidade de formar cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres, dentro de valores éticos e sociais. Sempre procurando a busca por uma escola realista e lutadora por mudança, onde cada um construa sua história, conhecedores do poder que exercem por essa mudança ou sua manutenção.

4.2ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a apresentação dos resultados obtidos, através de um questionário aplicado no mês de outubro do ano corrente composto por sete perguntas, foram selecionados

aleatoriamente dez profissionais da área de educação de uma Unidade Municipal de Ensino Fundamental do município de Vila Velha/ES, sendo que nesta escola existem 48 docentes atuando, portanto foram pesquisados 20,8% do total de docentes. Dos profissionais que responderam o questionário, oito são efetivos, sendo que quatro têm até um ano de serviço, três têm até seis anos e um tem mais de dez anos de tempo de serviço, os outros dois professores são contratados por tempo determinado e por isso têm até um ano de serviço

Os professores ao responderem sobre quais são os problemas socioeducacionais que os alunos apresentam no cotidiano escolar através do seu olhar, afirmaram que os mais comuns são: famílias desestruturadas que não dão apoio na resolução de questões de disciplina e aprendizagem, sendo que os alunos trazem para a escola toda a problemática familiar (afetiva e econômica); histórico de violência, problemas com as drogas, disseminadas nas escolas, indisciplina, agressividade, violência, falta de interesse, muitos não tem visão de futuro; agressão a professores e a colegas de sala; baixa autoestima; a falta de incentivo por parte dos nossos governantes, tanto na área educacional (profissional), quanto no campo de investimento sócio-cultural econômico de nossos educando; Perda do referencial da escola como espaço de ascensão social, desvalorização do trabalho do professor; a estrutura física da escola é um fator prejudicial ao ensino aprendizagem, pois não contempla ambientes diversificados tais como: biblioteca, laboratório de ciências, artes, quadra poliesportiva, refeitório, sala de música, dança. A rotatividade e a ausência de profissionais da educação (docentes) também contribuem para a defasagem dos discentes; Pouco investimento na área educacional e políticas públicas para atender a real necessidade das escolas; Falta de perspectiva de presente e futuro, desvalorização do saber e conseqüentemente dos materiais escolares, cultura do ganho fácil sem esforço; Desinteresse, principalmente pela leitura, evasão, despreparo dos profissionais para trabalhar com alunos que apresentam necessidades especiais em turmas lotadas.

Perguntados se acreditam que somente os professores são capazes de dar conta de toda a problemática sócio educacional ou se a escola necessita da atuação de outros profissionais para uma atuação multidisciplinar? Disseram em sua maioria que sozinhos não dão conta de minimizar os conflitos apresentados nos cotidiano escolar, que precisam da ajuda de outros segmentos da sociedade de atuação

integrada, que o olhar para os problemas deve ser múltiplo e de outros profissionais, que para administrar os problemas deve firmar parcerias com a família, secretaria de saúde, secretaria de ação social, conselho tutelar, ministério público, ONGs, igrejas etc. exigir do poder público políticas mais focadas, voltadas para a melhoria do ensino. Revelaram que os professores hoje, dentro das instituições de ensino, acabam tomando responsabilidades que fogem de sua função, e que não foram preparados para tomar ou lidar com certas situações que são características da educação hoje no Brasil. Por isso pensam a necessidade de um acompanhamento de outros profissionais habilitados para dar suporte ao corpo docente da escola. Disseram também que os professores não são os únicos responsáveis por resolver tais questões (sócio educacionais), não por incapacidade, mas porque o professor tem muitas turmas, trabalha em várias escolas e não é o único responsável e muito menos o único que deva ser responsabilizado em dar conta de problemas tão complexos e abrangentes. Fenômenos, muitas vezes, de ordem estrutural.

Questionados se a sua atuação na resolução dos problemas apresentados pelos alunos é limitada, sinalizaram que têm uma ação limitada para a resolução de problemas socioeducacionais, devido a natureza e complexidade de tais conflitos, que muitas vezes, são provenientes de ambiente extraescolar, que ultrapassa o ambiente de mediação do conhecimento, situações emergentes nesse cotidiano, tais como: aluno com fome, pois não há alimentação em casa, alcoolismo dos pais. Alunos assumindo as tarefas do lar. Sem estímulo, e, muitas vezes, impedidos de desenvolver as atividades da escola; brigas entre os familiares, separações que acabam afetando fisicamente e mentalmente o aluno; a quantidade de alunos por turma; a quantidade de turmas; o pouco tempo para o planejamento; a própria lei que em vários momentos não propicia uma melhor resolução do problema e a ausência de outros profissionais que auxiliassem ao professor, dificulta a atuação dos profissionais da área de educação. Questões, tais como, transtornos de aprendizagem e comportamento social agressivo, algumas situações de alunos com envolvimento no tráfico de drogas. Problemas relativos à indisciplina, como falta do acompanhamento dos pais na vida escolar; problemas de assédio sexual na família; são encaminhados para, respectivamente, coordenadores e pedagogo. Existe, porém, um elevado número de problemas que teria de envolver uma equipe multidisciplinar, por exemplo: Conselho Tutelar, Patrulha Escolar, psicólogo,

assistente social, pedagogo, coordenador, família e outros. Destacando novamente que a família é ausente nesses casos, que o sistema educacional, que não admite que é falho e não investe nas áreas prioritárias, banalizando a educação de nossos futuros cidadãos.

As respostas encontradas para contrapor os mecanismos de enfrentamento para os diferentes problemas presentes no cotidiano, sobretudo para a resolução dos problemas apresentados pelos alunos apontam para a existência de instrumentos, mas que não são eficazes, pois apesar de haver atividades extraclasse, o diálogo, que é a melhor maneira de enfrentamento, e, posteriormente, a aplicação de medidas disciplinares cabíveis às diversas situações apresentadas, muitas vezes não acontecem na hora certa, ou não consegue atender a todas as demandas. Dessa forma, continuam os mesmos problemas como a falta do investimento por parte do governo e a ausência do apoio familiar.

Perguntados sobre quais profissionais poderiam atuar em conjunto com os professores e demais agentes que fazem parte do quadro de servidores da área educacional. Foram unânimes em apresentar como possível atuação em conjunto com o corpo docente, profissionais da psicologia e do serviço social, terapeuta escolar, seguindo também do conselho tutelar, que já atua integrado à rede. Foi observado que não só o aluno deve ter este acompanhamento, mas toda a família.

E finalmente questionados se acreditam que a atuação conjunta com outros profissionais capacitados para atuação específica nas questões sociais contribuirá para amenizar os problemas existentes, disseram que os problemas apresentados no ambiente escolar têm suas origens em outras instâncias e as intervenções multidisciplinares amenizariam tais problemas. A educação só será um processo transformador na sociedade como um todo, a partir do momento em que todos os meios buscarem como foco principal a libertação do cidadão (alfabetização real e digna). A atuação conjunta tirará da alçada do professor a responsabilidade para a resolução de problemas que fogem da sua área de atuação/especialidade. Uma equipe onde cada ator cumpre seu papel, sem prejudicar o andamento das aulas, e o aluno que apresenta problemas terá maior chance de lidar com as dificuldades no ambiente escolar. Porém é preciso que os demais profissionais estejam bem integrados ao mundo da educação, e conheçam a realidade do professor. Essa é a nova esperança e expectativa. Cada profissional pode contribuir de diferentes

modos na formação dos alunos. Um psicólogo, por exemplo, seria interessante para um atendimento mais individualizado, buscando, junto ao discente, respostas para suas inquietações. O assistente social poderia ajudar no apoio à família, aproximando a escola e a comunidade escolar. O alcance de uma educação cidadã exige um trabalho com vários profissionais que buscam uma sinergia voltada para o desenvolvimento do aluno. Esses profissionais são habilitados para lidar com essas problemáticas e ajudariam no contexto geral a formar um indivíduo capaz e mais feliz. Quando houver uma mudança na educação através da valorização de professores e a união com outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais terá uma mudança comportamental dos educandos.

Ao sistematizar as respostas obtidas, observou-se que os problemas destacados pelos docentes são de ordem familiar, governamental, cultural e econômica, pois em todos os questionamentos estas categorias puderam ser evidenciadas, mesmo que implicitamente, nas falas destes profissionais.

Após análise dos resultados da pesquisa e em conformidade com o discurso e reivindicações dos docentes, como por exemplo: “*muitos alunos são provenientes de famílias desestruturadas*”... “*não apoio da família na resolução das questões disciplinares e de aprendizagem.*” Os relatos de professores acerca da responsabilidade da família e de que a família deve participar mais da vida escolar dos alunos, foram decisivos pela escolha de se trabalhar com a categoria familiar, no sentido de considerar a família e a escola como uma relação democrática possível.

De acordo com Paro (2000) o sucesso ou o fracasso dos alunos na escola são influenciados por inúmeros fatores. Entre esses fatores, um pode ser considerado central: a participação ou não da família na escola. Nessa perspectiva, a participação dos pais ou responsáveis no processo escolar, contribui para o fortalecimento da discussão sobre seus direitos e deveres neste processo.

A família é o espaço essencial para garantir a sobrevivência de seus filhos e membros, independente dos diversos arranjos que se encontram atualmente. É na família que as relações afetivas e materiais propiciam o desenvolvimento e bem estar de seus componentes. A família tem fundamental importância no papel decisivo da educação formal e informal, onde valores éticos e humanitários são absorvidos e os laços de solidariedade são aprofundados (FERRARI; KALOUSTIAN, 2002).

De acordo com Ferrari e Kaloustian (2002, p. 12) vários problemas sociais, como: “atentados freqüentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais, e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros” caracterizam a situação das famílias.

A situação de vulnerabilidade das famílias está diretamente ligada à situação de pobreza e com a distribuição de renda no país. Situações como o aumento da família e a questão migratória tornam-se motivos de conflitos no espaço domiciliar, a degradação do meio ambiente ameaça constantemente o domicílio, o acesso a rede de serviços básicos, aos recursos produtivos e aos diversos métodos de planejamento familiar é complicado. Estas situações também afetam diretamente a família (FERRARI; KALOUSTIAN, 2002).

Conforme afirmou Costa (2002, p. 24) “a família é o ponto de confluência das realidades da criança, do adolescente, do jovem, da mulher, do homem, do deficiente e do idoso”.

Moreira (2012) salienta que nas escolas, e na sociedade em geral, ainda tramita o pensamento conservador de culpabilizar os alunos e as famílias, ao associar as famílias pobres como desestruturadas, ausentes, incapazes e desinteressadas.

Quando os professores afirmam que as famílias estão desestruturadas, está implícito que deverá existir uma visão sobre os novos arranjos familiares. Faz-se necessário compreender e situar as famílias no atual contexto social. Na perspectiva da desconstrução desses conceitos arraigados e cristalizados em nossas escolas propõe-se uma reflexão no interior da escola de maneira que a participação da família, enquanto parceira da escola não se trate apenas da obrigação pela mesma em corrigir ou ensinar a tarefa de casa aos seus filhos. Mesmo porque, muitas delas não dominam o conteúdo e o conhecimento necessários para esse papel, mas criar laços e vínculos com escola ao ponto da criança se sentir acolhida tanto pela família quanto pela escola e a partir dessa relação, motivar-se a aprender. A escola deve ser entendida como um espaço democrático, portanto aberta a participação da família e de toda a comunidade escolar.

A segunda categoria visualizada nas falas dos docentes foi de ordem governamental, em que estes profissionais dizem que o governo não tem apoiado as políticas educacionais. Não tem oferecido uma educação de qualidade aos

estudantes. Nem mesmo aos trabalhadores da educação, assim com aos demais trabalhadores da sociedade, têm sofrido com o descaso e o descompromisso do Estado em assumir seu papel de promover uma sociedade justa e igualitária. As escolas estão cada vez mais sucateadas.

Existe um ataque conservador e liberal à educação pública e as demais instâncias da esfera pública. De acordo com Silva (2002, p. 12), para a hegemonia do discurso liberal, “a intervenção estatal, os movimentos sociais, os funcionários públicos e os políticos” são atribuídos ao campo do que é mau, e “a livre iniciativa, o capitalismo, os empresários” estão atrelados ao campo bom. A intervenção educacional tem como propósito servir aos interesses empresariais e industriais, atrelando a educação para a preparação para o mercado de trabalho e como meio de transmissão das ideias de que a livre iniciativa e o livre comércio é o que há de melhor. Este pensamento encontra no campo educacional o lugar ideal como forma controle e regulação social.

Desta maneira, como diz Pinto (2012), a lógica da educação está nela ser o espaço para ampliação do capitalismo e a busca do lucro, daí transformar o trabalho docente em trabalho produtivo, do dinheiro em capital, através da mais valia. O Estado deixa o setor produtivo, mas formula políticas, no caso as educacionais, que atendam ao capital, precarizando o trabalho dos professores.

De acordo com Enguita (2002) na década de 80, após as conquistas por políticas públicas, a escolarização tornou-se obrigatória para a população em idade escolar, como havia um grande contingente fora da escola, o acesso a escola constituiu um problema quantitativo, pois era um recurso escasso com poucas escolas, e que passou a constituir um problema de qualidade. A educação não se preparou para receber o contingente da sociedade que excluída da escola. Inicialmente se pensou em investir nos recursos humanos e nos recursos materiais para ter uma maior qualidade, porém mais tarde, o que se viu foi a lógica da produção empresarial, e a atenção se voltou para conseguir o máximo de resultado com um mínimo de investimento.

Destarte, a realidade é que a educação carrega o peso de ser responsabilizada pelo não desenvolvimento econômico do país e pelo desemprego em massa. Se o país não vai bem na competição internacional, a culpa é do sistema educacional. Também há o problema em ajustar a educação e o emprego, em que quando a

escola não produz o que o mundo empresarial requer, o indivíduo é responsabilizado por não ter adquirido a educação necessária para sua inserção no mercado. Enfim, a culpa nunca é das empresas, que são as responsáveis pelas tomadas de decisões em investimentos e as que organizam os processos de trabalho (ENGUIITA, 2002).

A terceira categoria analisada está vinculada à violência que permeia o ambiente escolar, ou seja, questão cultural. Atitudes discriminatórias, de negligência, de exploração, de violência, de crueldade e de opressão ainda são freqüentes contra crianças e adolescentes. Apesar de a ocorrência ser maior em suas residências, ocorre também na escola.

Alunos e professores têm sido vítimas de violência nas escolas. A violência está cada vez mais freqüente e por isso merece atenção com propostas de políticas públicas e de debates acerca do assunto. Trata-se de um assunto complexo, e por isso não é apreendido tal como é, e não se tem visto a punição daqueles que são considerados os vilões desta história. E, quanto mais a escola estiver fechada a participação, e ter raízes culturais conservadoras e autoritárias, a violência tende a ser naturalizada.

De acordo com Abramovay e Castro (2013), a violência escolar não fica limitada a violência física. O diálogo, a comunicação e a negociação são alguns dos pilares de sustentação da educação, e não tem encontrado espaço para que as relações sejam firmadas entre os sujeitos.

Temas básicos são sentidos como violências pelos jovens e a escola não tem discutido o assunto, o que tem refletido no bem estar e desempenho escolar, na identidade não reconhecida, e no clima escolar. A violência acaba assim, sendo estimulada e que só ganha reconhecimento no momento em tomam a forma de violências duras. A alteridade e a diversidade devem ser tratadas com maiores sensibilidades pelos profissionais que estão nas escolas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2013).

Destarte, as autoras Abramovay e Castro (2013), afirmam que há uma lacuna entre a cultura escolar e a cultura juvenil pouco discutida quando o assunto é a violência nas escolas. O não reconhecimento do outro é uma violência que gera outras violências. A falta de sensibilidade com o jeito de ser dos jovens é fator potencializador da violência nas escolas. A sua condição de jovem é anulada

quando ele é transformado em “aluno”. O jovem é caracterizado por ser dinâmico, diverso, tribal, por constituir linguagens variadas e a negação desses atributos no cotidiano escolar, com suas normas e regras com significado de autoritária fazem gerar tensão nas relações entre distintos atores sociais.

Entre os jovens também se nutre a cultura de rua e a violência compõe essa cultura, no sentido de garantia de sobrevivência e de respeito. Os jovens cometem atos de violência, que tem significado de força, de virilidade, de credibilidade, pois não sentem a proteção das instituições que deveriam protegê-los. Os valores que se colocam para os jovens são de fama e poder, haja vista a sociedade em que fazem parte, e cabe alertar que a cultura juvenil se encontra com a cultura da violência, necessitando do conhecimento deste encruzamento para então haver a criticidade dessa sociedade. A tendência da escola em julgar os jovens como parte de um grupo homogêneo, socialmente vulnerável, desprotegido, sem oportunidades, desinteressado e apático, a leva a não considerar o que é ser jovem, na sua maneira de ser, não realiza a noção do sujeito, não consegue dimensionar o que é identidade juvenil e a sua diversidade e as diferentes desigualdades sociais (ABRAMOVAY; CASTRO, 2013).

Considerando a identidade como um fator primordial para compreender a fase da juventude, tendemos a considerar os jovens em geral como consumidores e alienados, mas ao recortarmos como pertencentes à classe social, sobretudo os alunos de escola pública, qualificamos como violentos ou marginais. O que ocorre é que se tem uma tendência de estigmatizar os jovens pobres, associando violência e marginalidade à pobreza, sem uma compreensão de que esses jovens e seus familiares fazem parte de um contingente da população que não tem o direito de planejar o futuro, são desempregados, sem salário, com total ausência de direitos e de espaços convivência cultural, não são oferecidas alternativas de vida (SPOSITO, 2009).

Como quarta e última categoria analisada, porém não menos importante, está a questão econômica que também permeia os meios escolares e causa impactos na vida dos alunos e de toda a comunidade escolar. Cada vez mais a ofensiva do capital gera transformações que resultam no agravamento da desigualdade econômica e na distribuição injusta da riqueza e confere a degradação da vida humana e da natureza.

O poder econômico está concentrado nas mãos dos empresários que conduzem o poder político e geram estratégias que afetam os mais necessitados em favor do que é mais adequado a eles (NETTO; BRAZ, 2010).

A situação econômica da população está vinculada a diversos problemas como o crescente mercado informal do trabalho, a questão agrária, a política de salário mínimo, a deficiência na oferta de serviços públicos básicos, a desigualdade pessoal e os desequilíbrios regionais. Em nosso país, a desigualdade na distribuição da riqueza está vinculada a persistência da pobreza absoluta e isso gera uma tensão social, em especial nas modernas áreas urbanas onde são mais visíveis as diferenças de renda, riqueza e poder (ROCHA, 2006).

Conforme relato de Rocha (2006), a redução da desigualdade de renda e conseqüentemente da pobreza no Brasil deverá passar pela educação através da mudança estrutural no sistema educacional, mudanças essas que garantam o acesso à escola e a educação de boa qualidade para os mais pobres. As diferenças educacionais entre os indivíduos têm causado a desigualdade de renda no mercado de trabalho. A desigualdade de renda provoca desigualdade de escolaridade e em muito é transmitida de pai para os filhos. É claro que não se pode relacionar pobreza com baixo nível de escolaridade, pois baixa escolaridade não significa necessariamente ser pobre, porém, entre os pobres predomina a baixa escolaridade.

Ainda, de acordo com Rocha (2006) a melhoria do nível de escolaridade é objetivo prioritário da política pública, pois há um consenso de que a redução da pobreza e da desigualdade tem que passar pela democratização do ensino de qualidade, como meio de capacitar os jovens para o mercado de trabalho e para a vida. A promoção do ensino público de qualidade fará com que a escola recupere o seu papel de principal de mecanismo de mobilidade social. Medidas assistenciais a crianças em idade de freqüência escolar obrigatória devem ser apoiada no sistema educacional, como a merenda escolar, mecanismos de transferência de renda e de erradicação do trabalho infantil.

Ao final da pesquisa e da análise dos dados, pode-se afirmar que se conseguiu identificar os problemas socioeducacionais presentes no ambiente escolar, vivenciados pelos docentes, de uma escola pública de ensino fundamental, no município de Vila Velha/ES, tais como as questões familiares, governamentais, culturais e econômicas. Também se obteve como resposta positiva quanto a

identificação de que os professores tem atuação limitada para a resolução dos problemas socioeducacionais presentes na escola de ensino fundamental, pois entendem que não são os profissionais adequados para tratar dessas questões, inclusive destacaram alguns profissionais capacitados para tal encargo, entre os quais está o assistente social; atingiu-se também a meta de verificar quais os mecanismos de enfrentamento, dos diferentes aspectos da questão social presentes no cotidiano, utilizados pelos docentes, como o diálogo, atividades extra classe, encaminhamento a outros setores da escola, porém destacaram que o problema sempre volta, como num ciclo vicioso e os professores sentem-se desmotivados para qualquer ação que não seja do seu domínio. E finalmente, as questões identificadas como problemas socioeducacionais apresentados pelos docentes se configuram enquanto atribuições e competências do assistente social, conforme lei de regulamentação da profissão 8662/93, pois as questões familiares, governamentais, culturais e econômicas são expressões da questão social e esta é matéria-prima do trabalho do assistente social.

Porém, para se garantir uma transformação efetiva na conjuntura educacional deve-se assegurar, primeiramente, investimentos no sistema educacional brasileiro. E, não necessariamente, investimentos de ordem somente econômica. Muitas vezes, os investimentos são de ordem mais sutil. A valorização do professor e demais profissionais da área é essencial. O país precisa planejar a educação de sua população. O país necessita de políticas públicas que assegurem a distribuição equânime da riqueza. A desigualdade social precisa ser enfrentada e minorada. A cultura da violência necessita ser substituída pela cultura da paz. A reforma política torna-se inevitável para a melhoria da corrupção institucional. Enfim, são inúmeros problemas a serem sanados e superados. O próprio modelo capitalista é responsável pela substituição de valores fraternos por valores competitivos. Nesse sentido, a escola é local adequado para se trabalhar a transformação das estruturas social, política e humana. Paulo Freire sabia disso quando afirmou que a educação não pode mudar a sociedade, mas pode preparar as pessoas para a mudança social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste trabalho permitiu a construção de uma experiência única contemplada a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do período acadêmico, culminando com a pesquisa final realizada em uma escola pública do município de Vila Velha/ES, uma temática atual que expressa a necessidade do posicionamento do assistente social, a partir da leitura dos profissionais que lidam com essa problemática, os docentes.

Foi questionado sobre quais as principais demandas apresentadas pelos docentes e quais dessas demandas configuram-se enquanto atribuições do assistente social? Ficou constatado que no ambiente escolar são manifestadas diversas expressões da questão social. A violência, o desemprego, o abuso sexual, as drogas, entre outros, são problemáticas que se vê o tempo todo em nosso meio social, quais sejam: a família, a comunidade, o trabalho e na escola. E foi justamente na escola que se pensou e percebeu que, se o assistente social atua junto a múltiplas expressões da questão social, esse seria também um espaço de atuação profissional.

É importante ressaltar que o assistente social deverá ter uma direção e uma concepção claramente sustentada em uma visão de mundo e em estratégias inovadoras de ação. Tais embasamentos deverão ser buscados no compromisso, na competência, na ética, na responsabilidade, garantindo a qualidade e competência do exercício profissional. Como o profissional de Serviço Social tem a capacidade de lidar com as expressões da questão social, que é o seu objeto de trabalho, daí a sua importância no âmbito escolar.

A inserção do assistente social na área educacional exige um profissional com sensibilidade para perceber os problemas da comunidade escolar, deverá estar preparado e atualizado com as leituras de mundo e do meio, utilizando os recursos disponíveis, manipulando-os e colocando-os a serviço do saber-fazer profissional. A exigência desse profissional é de buscar estratégias técnicas, inovadoras e contemporâneas, e até mesmo ultrapassar os limites das técnicas atuais e investir em conhecimento teórico para enfrentar as contradições e relações de poder dentro das instituições.

O profissional do Serviço Social deverá ter clareza sobre os seus objetivos para que não aconteça diversidade de procedimentos que poderiam levar a descaracterização

de seu papel. Cabe ao assistente social o papel de agente de mudança e desvelador de paradigmas, lutando em busca de ações transformadoras da relação de poder, sistematizando conhecimento e usando-os em seu favor como instrumento para obter interesses como profissional a serviço da população.

O assistente social deve sempre buscar a capacitação e a construção de novos conhecimentos. Sozinho nada pode fazer, porém articulado com expressões coletivas, ele pode vir a ser um intelectual orgânico.

Na prática do cotidiano profissional, o compromisso é um desafio a ser experimentado, pois existem muitos entraves na área educacional, tais como: resistência, tradicionalismo e comodismo. Para conseguir alguma mudança é preciso criar possibilidades e ações que reforcem a presença do profissional de Serviço Social na escola. O assistente social deve ter sempre como foco o seu compromisso de trabalho.

Sabendo que no município de Vila Velha ainda não há assistentes sociais inseridos no âmbito escolar, a pesquisa deixou evidente que os docentes têm o desejo da incorporação de outros profissionais no quadro de funcionários das escolas. Não se sentem responsáveis para atuar em questões que não são pertinentes ao seu trabalho profissional e devido a isso apontam para outros agentes, que possam contribuir para a efetivação de uma escola democrática e aberta para a formação de sujeitos sociais mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A construção do processo de democratização da escola pública requer que os programas educacionais sejam ampliados e voltados para a formação participativa da população, visto que historicamente a população não foi ensinada a participar, compartilhar dos mesmos interesses.

No mundo atual, a quebra da identidade pessoal, grupal, social, a ruptura dos vínculos sociais e afetivos, o consumismo desenfreado, a competitividade exagerada, o desemprego real, ou sua ameaça constante, a desigualdade e a intolerância dão a marca de nossa realidade humana e social. Tudo isso se projeta sobre o contexto escolar, afetando de forma significativa as relações humanas que ali se estabelecem.

O processo ensino/aprendizagem é construído a partir de relações múltiplas que se estabelecem entre os diversos sujeitos nele envolvidos e se tece por meio de redes

de cooperação, de competição, de conflito, de motivação, de pressões externas, além de redes de afeto, de emoções e sentimentos. Todas estas redes são presentes no cotidiano da escola e, para além dela.

A ação do assistente social no âmbito escolar deverá ser voltada para a articulação das dimensões social e política da vida humana, sem perder de vista a dimensão afetiva. Contribuir para o estabelecimento de uma práxis pedagógica numa perspectiva intercultural, inclusiva, democrática, cidadã.

O desenvolvimento dessa pesquisa e sua conclusão trouxeram uma satisfação pessoal, pois a teve-se a certeza de estar capacitada para enfrentar a realidade posta e para contribuir no desenvolvimento e realização das políticas sociais públicas, seja com o indivíduo, com a família, com as comunidades, com os trabalhadores e também o campo educacional.

Engajar-se no quadro educacional é, sem dúvida, trabalhar com as expressões da questão social verificadas na instituição de ensino. Lutar e buscar a equidade e justiça social é uma tarefa a ser incorporada pelo assistente social, dando testemunho de seu compromisso profissional, utilizando a ética como sua principal aliada à consecução de sua prática.

Diante do exposto e considerando que o assistente social é um ator importante para o sistema educacional e ainda não faz parte do quadro de funcionários das escolas no município de Vila Velha/ES, este trabalho tem a pretensão de contribuir ao acervo para futuras pesquisas, pois este trabalho não pretende esgotar a reflexão acerca do tema proposto, mas possibilitar o debate neste viés, já que uma das dificuldades encontradas foi a de pouco acervo literário a respeito da temática, deixando claro que é um assunto que caminha paralelamente, porém poucas vezes se entrecruzam. É um tema que precisa ser mais explorado, para que sua intenção seja legitimada no ensejo da inserção desses profissionais na área educacional, no sentido da legalização pelos órgãos legisladores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. Repercussões das violências e soluções alternativas. In: _____. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002, p. 299-333.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Violências nas Escolas: Culturas silenciadas. **Carta Capital**, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencias-nas-escolas-culturas-silenciadas>>. Acesso em: 26 out. 2013.
- ABRANCHES, M.. “**O Trabalho do serviço Social na Educação: Democratizando as relações pela conquista da cidadania**”. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf>. Acesso em 31 mar. 2013.
- ALENCAR, C. Cinco enganos e a cidade democrática. In: BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001, p. 31-44.
- AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, privatização e descentralização. **Educação e Sociedade**, São Paulo: Cedes, n. 74, Ano: XXII, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a10v2274.pdf>>. Acesso em 26 set. 2013.
- ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação**. [20--] Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Serviço-Social-e-política-educacional-Um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação.pdf>>. Acesso em 31 maio 2013.
- _____. A Educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. [2006 ?]p. 4-6. Disponível em: <http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf>. Acesso em 30 maio 2013.
- _____. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio ocupacionais**. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Serviço_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em 30 maio 2013.
- AZEVEDO, J. M. L. de. A temática da qualidade e a política educacional. **Educação e sociedade**, São Paulo: Papirus, n. 49, dez. 1994.
- BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001, p. 7-30.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069 de 13 de jul de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério Público do Espírito Santo, 11 ed., Espírito Santo, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 57/2008, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009. 512 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf>. Acesso em 30 jun2013.

COSTA, A. C. G.da. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, SílvioManoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002. p. 19-25.

DANTAS, M; CAVALCANTE, V. **Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa**, Recife, 2006. Disponível em<<http://pt.scribd.com/doc/14344653/Pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>>. Acesso em 30 jun2013.

ENQUITA, M. F.. O discurso da qualidade e a qualidade dos discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.93-110.

FÁVERO, O.**Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). São Paulo: Autores Associados, 2006.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002. p. 11-15.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Mudança, v. 1).

_____.**Política e Educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões da nossa época: v. 23).

FRIGOTTO, G. Política Educacional e Questão Social (mesa redonda). **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, n.3, p. 17-26, abr., 2006.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**.5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M.. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa em Ciências Sociais.8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOHN, M. da G.**Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOUVÊA, M. da C. M. O Serviço Social no Espaço Escolar. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. [2006 ?], p. 7-10. Disponível em: <http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf>. Acesso em 30 maio 2013.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Ano 2, n 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, jan./jun., 2001. p. 09-32.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 21.ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LEAL, M. C. Política Educacional e Questão Social (mesa redonda). **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, n.3, p. 26-35, abr.,2006.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas e Serviço Social: Características e tendências na produção bibliográfica. **Revista Temporalis**, n.21, ano 11, p. 211-237, Brasília: ABEPSS, jan./jun., 2011.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J.F. de; TOSCHI, M. S.**EDUCAÇÃO ESCOLAR**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).

LOPES, E. M. S. *Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público*. **Serviço Social em revista**, São Paulo, v.8, n. 2, jan./jun., 2006. ISSN: 16794842. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em: 14 maio 2013.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a Escola**. 2.ed. São Paulo, Ática, 1990.

MOREIRA, C. F. N. Serviço Social na educação Básica: Particularidades do trabalho do Assistente Social no atual cenário Carioca. In: ALMEIDA, N. L. T.; PEREIRA, L. D. (Orgs.) **Serviço Social e Educação** – Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012. p.153-171.

MOSÉ, V.**A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M.**Economia Política**: uma introdução crítica.6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, V.H.**Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: xamã, 2000.

PINTO, M. B. Precarização do trabalho docente: Competitividade e fim do trabalho coletivo. In: ALMEIDA, N. L. T.; PEREIRA, L. D. (Orgs.) **Serviço Social e Educação** – Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012. p.27-47.

ROCHA, S. Dez Pontos de consenso sobre a questão da pobreza no Brasil. In: _____ . **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 173-193.

SANTANA, N. de M. O Serviço Social na educação (mesa redonda). **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, n.3, p. 36-43, abr., 2006

SANTOS, A. M. dos. **A Política de Educação no Brasil: Implantação do Serviço Social Escolar**. Brasil, Escola, [2008?]. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>> Acesso em 30 jun2013.

SILVA, T. T.da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p.11-29.

SPÓSITO, M. P. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001, p. 45-56.

_____. Juventude: Crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 96-104.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a Questão Social**. 3.ed. São Paulo: Educ, 2011, p. 55- 166.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

1 – Qual se vínculo empregatício? Há quanto tempo atua como professor nesta Unidade de Ensino?

Tempo de serviço	Vínculo empregatício	
	efetivo	contratado
Até um ano	4	2
De dois a cinco anos	-	-
De seis a 10 anos	3	-
Acima de 10 anos	1	-

2- Na sua visão, quais os problemas sócios educacionais que os alunos apresentam no cotidiano escolar?

P1- *muitos alunos são provenientes de famílias desestruturadas; pais com pouca ou nenhuma instrução; histórico de violência; baixo auto-estima.*

P2- *só precisam de uma escola com mais espaço.*

P3- *a falta de incentivo por parte dos nossos governantes, tanto na área educacional (profissional), quanto no campo de investimento sócio-cultural econômico de nossos educandos.*

P4- *falta de perspectiva de vida e conseqüentemente falta de interesse também.*

P5- *Perda do referencial da escola como espaço de ascensão social, desvalorização do trabalho do professor e não apoio da família na resolução das questões disciplinares e de aprendizagem.*

P6- *falta de estrutura familiar.*

P7- *a estrutura física da escola é um fator prejudicial ao ensino aprendizagem, pois não contempla ambientes diversificados tais como: biblioteca, laboratório de ciências, artes, quadra poliesportiva, refeitório, sala de música, dança. A rotatividade e a ausência de profissionais da educação (docentes) também contribuem para a defasagem dos discentes; a não participação efetiva da famíliaacompanhando o*

desenvolvimento cognitivo do filho; Pouco investimento na área educacional e políticas públicas para atender a real necessidade das escolas. Os alunos geralmente apresentam desmotivação. Falta de perspectiva de presente e futuro, desvalorização do saber e conseqüentemente dos materiais escolares, famílias desestruturadas, cultura do ganho fácil sem esforço.

P8-Desinteresse, principalmente pela leitura, evasão, falta de limites, violência, despreparo dos profissionais para trabalhar com alunos que apresentam necessidades especiais em turmas lotadas. Há também o problema das drogas, disseminadas nas escolas.

P9- Indisciplina, agressividade, falta de interesse, não obedecem as regras da escola, muitos não têm visão de futuro.

P10- Problemas disciplinares, com agressão a professores e principalmente a colegas de sala. Os alunos trazem para a escola toda a problemática familiar (afetiva e econômica).

3- Acredita que somente os professores são capazes de dar conta de todos os problemas sócios educacionais ou necessita da atuação de outros profissionais para uma atuação multidisciplinar?

P1- O professor não dá conta, sozinho, da demanda escolar. Se faz necessário outros profissionais que atuem de forma integrada, uma que os problemas que emergem na sala de aula, são iniciados muitas vezes em outro contexto.

P2- é preciso uma dedicação maior por parte dos pais.

P3- problemas sócios educacionais é um processo estrutural, que depende de todos os segmentos da sociedade, e não dessa ou daquela categoria.

P4- Não. É necessário muitos outros profissionais também.

P5- não acredito que esse seja o papel do professor, considerando que as relações na escola também perpassam por questões de afeto, o olhar sobre os problemas deve ser múltiplo e de outros profissionais.

P6- é necessário atuação de outros profissionais para conseguir administrar o problema.

P7- *A escola não dá conta de todos os problemas sociais e econômicos e necessita efetivamente de parcerias, tais como: família, secretaria de saúde secretaria de ação social, conselho tutelar, ministério publico, ONGs, igrejas, etc.*

P8 - *Professores, sozinhos, não são conseguem resolver tais problemas, sem a contribuição de outros profissionais. Tampouco podemos acreditar na resolução da maioria dos problemas sem a efetiva participação dos responsáveis, não apenas acompanhando o desenvolvimento dos filhos, como também exigindo do poder público políticas mais claras, voltadas para a melhoria do ensino.*

P9 -*Os professores hoje dentro das instituições de ensino acabam tomando responsabilidades que fogem de sua função, e não foram preparados para tomar ou lidar com certas situações que são características da educação hoje no Brasil. Por isso acho necessário um acompanhamento de outros profissionais habilitados para dar suporte ao corpo docente da escola.*

P10- *Não, os professores não são os únicos responsáveis por resolver tais questões (sócios educacionais), não por incapacidade, mas porque o professor tem muitas turmas, trabalha em várias escolas e não é o único responsável e muito menos o único que deva ser responsabilizado em dar conta de um problema tão complexo e abrangente.*

4- A sua atuação na resolução dos problemas apresentados pelos alunos é limitada? Se sim, explique ou apresente quais os limites encontrados. Se não, como se dá a sua atuação?

P1- *minha atuação na resolução de conflitos em sala de aula é limitada, devido a natureza e complexidade de tais conflitos, que muitas vezes, são provenientes de ambiente extra-escolar.*

P2- *não.*

P3- *A limitação se encontra no sistema educacional, que não admite que é falho e, com isso deixa de investir nas áreas prioritárias, banalizando a educação de nossos futuros cidadãos.*

P4- *sim. Parece que o objetivo do aluno não é aprender e sim só passar de ano.*

P5-*Minha atuação é limitada quando o problema apresentado pelo aluno ultrapassa o ambiente de mediação do conhecimento. Questões, tais como, transtornos de aprendizagem e comportamento social agressivo são encaminhados para, respectivamente, coordenadores e pedagogo.*

P6- *Sim. Pois os alunos são desanimados e totalmente desmotivados para estudar.*

P7- *Sim. Considero que sozinho não dou conta de resolver toda a problemática apresentada no cotidiano escolar, tais como: a dinâmica da sala de aula não se restringe unicamente ao processo de ensino aprendizagem, mas as várias situações emergentes nesse cotidiano, tais como: aluno com fome, pois não há alimentação em casa, alcoolismo dos pais. Alunos assumindo as tarefas do lar sendo impedidos de desenvolver as atividades da escola, situações de alunos com envolvimento com tráfico.*

P8- *Na maior parte das vezes, sim. Um elevado número de problemas teria que envolver uma equipe multidisciplinar: Conselho Tutelar, Patrulha Escolar, psicólogo, assistente social, pedagogo, coordenador, família e outros. É importante ressaltar que geralmente, nesses casos, a família está ausente.*

P9- *Sim. Tem problemas relativos a indisciplina que o cerne da questão está ligada a família, como falta do acompanhamento dos pais na vida escolar, problemas de assédio sexual na família, brigas entre os familiares, separações que acabam afetando fisicamente e mentalmente o aluno. O docente não está preparado para lidar com certas situações e muitas vezes acabam não detectando o problema.*

P10- *Sim. Infelizmente a quantidade de alunos por turma, a quantidade de turmas, o pouco tempo para o planejamento, a falta de apoio da família, a própria lei que em vários momentos não propicia uma melhor resolução do problema e a ausência de outros profissionais que auxiliassem ao professor, dificulta a atuação dos profissionais da área de educação.*

5- É utilizado algum mecanismo de enfrentamentos dos diferentes problemas presentes no cotidiano para a resolução dos problemas apresentados pelos alunos? Quais?

P1- *primeiramente o diálogo, que é a melhor maneira de enfrentamento. Posteriormente a aplicação de medidas disciplinares cabíveis as diversas situações apresentadas.*

P2- *sinceramente acho que as atitudes não acontecem na hora certa.*

P3- *Os problemas apresentados são sempre os mesmo: falta de investimento para a educação, tanto no campo profissional quanto no estrutural, e assim vivemos uma realidade fajuta e sem visão de futuro.*

P4- *não.*

P5- *Infelizmente, é impossível atender a todas as demandas do cotidiano escolar com a atual configuração do corpo docente da escola, os problemas disciplinares “ocupam” um tempo importante dentro do espaço escolar e muitas vezes é gerado por fatores exteriores à escola.*

P6- *Sim. É utilizada a metodologia de ações extra-classe com visitas ao teatro, unidades de educação federal e palestras.*

P7- *Sim. Há um encaminhamento dos problemas enfrentados, mas na prática percebe que esses não resultam em soluções eficazes.*

P8- *Ocorrências, advertências, conversas informais. Quando não é possível resolver na escola, é acionado o Conselho Tutelar.*

P9- *Sim. O mecanismo mais comum seria encaminhar ao pedagógico da escola para tentar descobrir o problema. Chamar os pais para uma conversa, e em ultimo caso encaminhar ao conselho tutelar.*

P10- *Sim. Conversas com os alunos, a solicitação da família na tentativa de sanar o problema, relatórios e ocorrências sobre os fatos para que, caso necessário sejam solicitados outras instâncias para resolução dos problemas.*

6- Quais profissionais poderiam atuar em conjunto com os professores e demais agentes que fazem parte do quadro de servidores da área educacional?

P1- *Sem dúvida a ajuda de psicólogos e assistentes sociais seria muito útil a todo processo educativo.*

P2- *primeiro conselho tutelar, entre outros.*

P3- *A educação é um processo coletivo que depende de todos os segmentos da sociedade, hoje abandonado e sem esperança de ganho de causa, por isso tantos jovens cidadãos perdidos e sem horizontes.*

P4- *psicólogos, dentistas, professores de formação profissionalizantes.*

P5- *pelas questões sócio econômicas, um profissional do serviço social e um terapeuta escolar.*

P6- *Secretário de educação e servidores lotados na secretaria de educação.*

P7- *psicólogos assistentes sociais, médicos, dentistas, polícia militar.*

P8- *não respondeu.*

P9- *Psicólogos, Assistente social, psicopedagogos e terapeutas educacionais.*

P10- *Acredito que psicólogos e assistentes sociais deveriam atuar auxiliando a educação. A família deveria ser acompanhada por estes profissionais em diversos casos, pois o aluno é sem dúvida reflexo do seu cotidiano familiar e muitas vezes é necessário o acompanhamento familiar. Em outros casos a família não sabe como agir com os filhos/parentes que causam problemas sócio-educativos fazendo-se necessário a união escolar/psicólogos/assistentes sociais.*

7- Acredita que a atuação conjunta com outros profissionais capacitados para atuação específica nas questões sociais contribuirá para amenizar os problemas existentes?

P1- *Sem dúvida que sim. A maioria dos problemas apresentados no ambiente escolar tem suas origens em outras instâncias e as intervenções multidisciplinares amenizariam tais problemas.*

P2- *não.*

P3- *Acredito que a educação só será um processo transformador na sociedade como um todo, a partir do momento em que todos os meios buscarem como foco principal a libertação do cidadão (alfabetização real e digna)*

P4- *sim.*

P5- *A atuação conjunta tirará da alçada e responsabilidade do professor a resolução de problemas que fogem da sua área de atuação/especialidade. Uma equipe onde*

cada ator cumpre seu papel, sem prejudicar o andamento das aulas, e o aluno que apresenta problemas terá maior chance de lidar com as dificuldades no ambiente escolar.

P6- Acredito que sim, porém é preciso que os demais profissionais devam estar bem integrados ao mundo da educação, conhecer a realidade do professor.

P7- Sim, essa é a nova esperança e expectativa.

P8- Cada profissional pode contribuir de diferentes modos na formação dos alunos. Um psicólogo, por exemplo, seria interessante para um atendimento mais individualizado, buscando, com o discente, respostas para suas inquietações. O assistente social poderia ajudar no apoio à família, aproximando a escola e a comunidade escolar. O alcance de uma educação cidadã exige um trabalho com vários profissionais que buscam uma sinergia voltada para o desenvolvimento do aluno.

P9- Sim e muito, esses profissionais são habilitados para lidar com essas problemáticas e ajudaria no contexto geral a formar um indivíduo capaz e mais feliz.

P10- Com certeza quando houver uma mudança na educação através da valorização de professores e a união com outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais teremos uma mudança comportamental dos educandos.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa cujo tema é ‘Serviço Social Escolar’. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Informações sobre a pesquisa

Título do Projeto: “ **Demandas Socioeducacionais no ambiente escolar**”

Pesquisador Responsável: Marlene Premoli.

Telefone para contato: (27) 9919- 1592

Email para contato: marlene.premoli@gmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação acadêmica em serviço social. Esta tem como objetivo:

- Identificar os problemas socioeducacionais presentes no ambiente escolar, vivenciados pelos docentes, de uma escola pública de ensino fundamental, no município de Vila Velha/ES, e a partir daí verificar quais destes problemas configuram-se atribuições e competências do Assistente Social.
- Identificar a visão dos docentes sobre os limites da atuação do professor para a resolução dos problemas socioeducacionais presentes na escola de ensino fundamental, no município de Vila Velha.
- Identificar/verificar quais os mecanismos de enfrentamento, dos diferentes aspectos da questão social presentes no cotidiano, utilizados pelos docentes.

- Identificar quais problemas apresentados pelos docentes que podem se configurar enquanto atribuições e competências do Assistente Social conforme lei de regulamentação da profissão 8662/93.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário o qual será registrado em documento pessoal dos pesquisadores. O material será destruído logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato.

Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o contato do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

Pesquisador Responsável